

2ª EDIÇÃO

ANA CRISTINA BRITO ARCOVERDE

O COLETIVO ILUSÓRIO

Uma reflexão sobre o conceito de comunidade

O COLETIVO ILUSÓRIO

Uma reflexão sobre o conceito de comunidade

ANA CRISTINA BRITO ARCOVERDE

O COLETIVO ILUSÓRIO

Uma reflexão sobre o conceito de comunidade

Editora
Universitária  UFPE

RECIFE 2011

2ª EDIÇÃO

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Prof^a Maria José de Matos Luna

Comissão Editorial

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Christine Paulette Yves Rufino, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Dias dos Santos, José Wellington Rocha Tabosa, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Livia Suassuna, Marcos Gilson Gomes Feitosa, Marlos de Barros Pessoa, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque

Suplentes: Alexandre Simão de Freitas, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Augusto César Pessoa Santiago, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Carlos Sandroni, Ivandro da Costa Sales, José Gildo de Lima, Luiz Carlos Miranda, Vera Lúcia Menezes Lima, Zanoni Carvalho da Silva

Editores Executivos: Antonio Paulo de Moraes Rezende, José Rodrigues de Paiva

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Impressão e acabamento: Editora Universitária da UFPE

Capa e diagramação: Ildembergue Leite

Revisão de texto: Sílvia Elizabete Figueira Ramos

Catálogo na fonte:

Biblioteca Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

A675c Arcoverde, Ana Cristina Brito.
O coletivo ilusório : uma reflexão sobre o conceito de comunidade / Ana Cristina Brito Arcoverde. – 2. ed. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, [2011].
160 p.

Inclui referências.
ISBN 978-85-7315-980-6 (broch.)

1. Comunidade. 2. Serviço social. 3. Relações humanas. 4. Assistência social. 5. Ação social. I. Título.

307

CDD (22.ed.)

UFPE (BC2011-170)

*Quando dediquei a primeira edição de **O Coletivo Ilusório** aos meus filhos, Maurício, Alexandre e Maria Izabel, cuidei em justificar que a subtração no tempo que deveria ser integralmente deles, mas foi em parte dedicado ao livro, foi motivada pela esperança depositada na utilidade que essa obra poderia ter para eles e para a comunidade da qual fazem parte.*

*A segunda edição de **O Coletivo Ilusório**, mais uma vez, é dedicada aos meus filhos, Maurício, Alexandre e Maria Izabel, a quem declaro que o tempo só refinou em mim a percepção de que eles são meus antigos e permanentes amores, sentimento agora renovado e perpetuado nos meus novos amores, José Luiz e Ana Catarina.*

Dedico também aos meus pais, Maria Lúcia e Lucílio (in memoriam), com uma gratidão sem tamanho pelo lastro de valores e ensinamentos que me tornou quem eu sou, e aos meus irmãos, Ricardo e Sílvia, companheiros para a vida toda.

Prefácio à 2ª Edição

A releitura de “O Coletivo Ilusório”, da Profª. Ana Arcoverde é particularmente significativa para mim, que tive a grata satisfação de acompanhar sua trajetória e o relevo adquirido pela discussão do tema no âmbito do Serviço Social. Qualificado originalmente como uma proposta corajosa, o livro tem o mérito de inovar ao propor uma discussão do conceito de comunidade a partir de experiências intituladas comunitárias, mas contraditoriamente referenciadas por uma realidade conflitante, ingenuamente qualificada de igualitária.

Neste início de século, a proposta confirma sua relevância e sua atualidade, cumprindo seu destino determinado principalmente pelas condições históricas, sociais, políticas e econômicas que hoje condensam as relações sociais e imprimem uma dimensão despolitizadora aos programas sociais. Sob essa perspectiva, recoloca-se a centralidade das políticas de combate à pobreza e no conjunto das abordagens propostas, a mobilização de uma *comunidade solidária*, a constatação de uma situação de carência comum que somente será resolvida pela união de todos, em nome de um *coletivo ilusório* reificador.

Na sua atual versão, a *comunidade* continua a ser considerada um *pressuposto em questão* e a produção do conhecimento na discussão do tema tem muito a ver com a intervenção da categoria profissional no Serviço Social. Como docente e pesquisadora, Ana Arcoverde tem se dedicado ao estudo das políticas sociais, com atuação de destaque no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. No seu trabalho, a professora procura trazer nova abordagem à questão da reestruturação dos programas sociais em nível local. Seu engajamento e compromisso com a pesquisa ao longo de décadas de vivência e de participação no contexto acadêmico lhe conferiram uma percepção particular das contradições gestadas nas políticas públicas.

Com sua experiência, produz um trabalho acadêmico usando a linguagem científica, sem erudição, mas engajada e enriquecida pelo didatismo de suas considerações. Ao mesmo tempo em que expõe a visão hegemônica de uma “comunidade” harmoniosa, consagrada às custas de uma ordem social legitimada pelo poder, a autora coloca o leitor em confronto com essa ideologia, ao apontar o jogo de interesses manifestos na realidade local, as alianças, as contradições de classe, as articulações entre o poder econômico e o político e suas implicações nas políticas públicas.

Tendo como referência a produção da *comunidade* como um espaço de diversidades, Ana Arcoverde explora a dialética dos opostos e, sob esse aspecto, a rica possibilidade de sua dinâmica, com maior ou menor grau de mobilização da popu-

lação, gerando novas relações e novos centros de poder. Uma discussão que tem seus desdobramentos na prática chamando a atenção para os conflitos, desigualdades e injustiças sociais que o poder político e o capital se esforçam por esconder.

Essa é a grande questão que me leva a reconhecer o mérito e a oportunidade desta nova edição de “O Coletivo Ilusório”, leitura obrigatória entre aqueles que se preocupam e se esforçam por uma *comunidade* menos desigual.

Anita Aline Albuquerque Costa

Setembro de 2011

Introdução

O tema deste trabalho é o conteúdo do Conceito de Comunidade na prática do Serviço Social, no marco de uma discussão informada pela análise de programas comunitários promovidos por instituições estatais e desenvolvidos na periferia urbana do Recife.

A preocupação com o tema surgiu, principalmente, de observações pessoais na prática de ensino, tanto em sala de aula como na supervisão de alunos engajados em experiências comunitárias nos chamados “assentamentos de baixa-renda”. No cotidiano da prática pedagógica, ao lado das dificuldades teóricas, relacionadas à delimitação das comunidades – segundo uma certa abordagem que privilegia as “características sociais” das populações – sobressaem limitações de ordem prática que se expressam na formulação dos objetivos do trabalho nas formas de ação, tendo em vista essa mesma realidade social.

Constituem ponto de partida desta investigação as incoerências que se refletem na prática:

- A crítica insuficiente dos elementos constitutivos do Conceito Comunidade adotado em Serviço Social, em relação à realidade;
- A diversidade de conotações nas práticas desenvolvidas pelo Serviço Social em programas comunitários e suas implicações lógicas;

- O desacordo entre o conceito de Comunidade, adotado em Serviço Social e o discurso teórico-metodológico do trabalho social.

Essas incoerências remetem, em última análise, ao questionamento do processo de construção do conhecimento no Serviço Social, chamando a atenção para a ambiguidade que persiste na teorização.

Apoiado em representações comuns, esse esforço se restringiu, originariamente, ao plano de inconsistência ou da generalidade. Não se pode afirmar, ainda, que a produção do conhecimento, nessa área, constitua o reflexo da realidade, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista lógico.

O Serviço Social, em sua abordagem tradicional e mesmo na perspectiva transformadora, tem se apropriado de conceitos, oriundos de outras disciplinas, sem a indispensável conversão ou mudança de seus elementos constitutivos. Entre eles, o de COMUNIDADE.

Ao incorporá-los a seu corpo de conhecimentos parece que o imediato se sobrepõe ao construído, sendo a aparência da realidade, conseqüentemente, aceita sem questionamentos.

Como acentua Alfred Wadushin (1982), a utilização do conhecimento de outras disciplinas no Serviço Social tende a prejudicar a orientação do profissional quanto a respostas exigidas pela realidade social e quanto à sua ação. Além disso, gera alguns obstáculos relativos à objetividade e sistematização dessa prática, como:

- a) A supervalorização do conhecimento emprestado, em prejuízo de sua orientação para o objeto;
- b) A adoção de explicações desatualizadas ou de teorias distanciadas dos fenômenos;
- c) A versão simplificada do “real” que é falsificada na medida em que é reduzida ao aparente.

No Serviço Social, além da carência de conceitos próprios, evidencia-se a falta de clareza e de precisão dos elementos conceituais existentes, construídos sob os mais diversos enfoques, cujas bases teóricas não deixam de ser implicações lógicas.

No que se refere ao conceito de comunidade, verifica-se que a investigação desse tema em Serviço Social ainda se mantém insatisfatória para atender à realidade com a qual o assistente social trabalha. Não obstante o esforço empreendido nesse sentido, desde o diagnóstico realizado por Donald Pierson em Cruz das Almas (1951) ao qual se seguiram as propostas de José Artur Rios (1957), Balbina O. Vieira (1958), Helena I. Junqueira (1963), Maria Lúcia Carvalho da Silva (1974) e do grupo de Belo Horizonte, com a experiência de Itabira¹ (1971), persiste a questão: *o que é, e em que consiste o essencial do conceito de comunidade no Serviço Social?*

Aborda-se comunidade segundo dimensões antropológicas ou políticas, distinguindo dois tipos de comunidades,

¹ Experiência integrante do movimento de reconceituação do Serviço Social. Pretendeu significar uma ruptura com os modelos positivistas de Serviço Social – inclusive do Desenvolvimento de Comunidade – e propôs uma intervenção profissional com bases epistemológicas na lógica dialética.

graus e condições de desenvolvimento, analisando condições que se situam predominantemente, a nível do indivíduo ou dos processo sociais.

De modo geral, encontram-se um sem número de conceitos de comunidade referidos ao *coletivo*, mas que postulam a coesão, integração e passam ao largo das contradições inerentes à realidade capitalista. Ou ainda, de forma quase que utópica, formulam idealmente o tipo de relações que caracterizam uma comunidade.

A observação e a análise das experiências mostram que ainda é incipiente o esforço para a realização da unidade entre o conceito e a realidade.

Não é sem justificada razão, portanto, que se apresenta a questão da precisão desse conceito e de sua correspondência, não só com o discurso, mas também com a prática, tanto no que se refere ao conteúdo das formulações, como às relações desse conteúdo com as propostas da prática.

Essa questão frequentemente identificada e analisada pelos assistentes sociais, se agrava na medida em que estes procuram resolvê-las mediante a simples substituição de definições, sem levar em conta a realidade social.

Como salienta Kopnin (1978), “Os conceitos relativos aos fenômenos da vida social mudam, tanto em face da mudança do conhecimento a respeito desses fenômenos, como em decorrência das mudanças que ocorrem na própria vida social.”

A perspectiva é de que essa mudança ocorrerá, no âmbito do Serviço Social, na medida em que se aprenda o fenômeno

comunidade no quadro geral das relações sociais e dos determinantes da ação coletiva.

Ao empreender este estudo, busca-se, portanto, desenvolver uma visão alternativa de comunidade, bem como situar sua importância e implicações na prática dos assistentes sociais.

Para apreensão do conceito de comunidade, no quadro geral das relações sociais e dos determinantes da ação coletiva, partiu-se do suposto teórico da lógica dialética, no processo de produção do conhecimento, procurando captar o conceito em sua vinculação com o real, inserido no contexto histórico que o engendra. “Os dados, por si só, não são geradores de conceitos e explicações e, que para dar conta do real, é preciso explicar os fenômenos pela elaboração teórica” (TONNIES, 1975).

No entender desse estudo, o procedimento “*in loco*”, num desses agrupamentos populacionais denominados de comunidade, não significaria que se encontrasse ou chegasse a um conceito de comunidade ou de ação coletiva que desse conta do real. Neste trabalho, o processo de conhecimento se dá e é proveniente da prática, representada, através da linguagem e do discurso. Entende-se, que tal síntese traz, implicitamente, o conhecimento produzido sobre o objeto de conhecimento e, explicitamente, as possibilidades de novos conteúdos sobre esse mesmo objeto.

É impossível apreender qualquer objeto sem o intermédio da linguagem, do discurso. Assim, na investigação do tema, o discurso constitui a principal base de referência.

Entende-se que todo elemento tem uma significação no contexto em que está inserido, isto é, tem relação com todos os elementos disponíveis num texto.

A pesquisa desenvolveu-se em três planos de análise interrelacionados:

1. O da literatura do Serviço Social, no qual se destacou o conteúdo da representação do pensar de alguns autores do Serviço Social, numa perspectiva histórica, em suas principais contribuições à construção do conceito comunidade;
2. O dos programas comunitários estatais, destacando as representações que apresentam sobre o conceito de comunidade, como diretrizes orientadoras das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais;
3. O do discurso da prática dos assistentes sociais (engajados nos referidos programas), enquanto síntese das ações desenvolvidas e contribuição à imagem cognitiva do fenômeno.

Constituíram universo de estudo os programas comunitários desenvolvidos na Região Metropolitana do Recife, com a participação de assistentes sociais na execução, há mais de dois anos, incluindo:

- a) 4 programas de prestação de serviços (setoriais e multisetoriais);
- b) 2 programas orientados à mobilização comunitária.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, distinguindo como unidade temática o conceito de

comunidade (explícito e implícito) e, como principal categoria de análise, o conteúdo do conceito, definido como ação coletiva. E, ainda, como unidades de contexto para apreensão do tema, o objeto ou marco de intervenção, os objetivos e as ações propostas, nos três planos da análise.

Comunidade: um pressuposto em questão

O “viés” histórico

Datam de algum tempo os esforços para estudar e definir de forma sistemática, comunidade. Têm-se indicações que surgiram, ainda, no final do século XIX, quando sobressaem os estudos de caráter filosófico de Ferdinand Tönnies (1887), tentando diferenciar comunidade de sociedade a partir de critérios psicológicos, e os de caráter reformista de Charles Booth e de Robert A. Woods (1890), que procuram deixar em evidência os males e as condições miseráveis de vida das camadas populares de uma sociedade industrial emergente. Incluem-se, nesse grupo, os que trataram das relações sociais como George Simmel, que mostrou a necessidade de se estudar os grupos sociais em relação à sua situação espacial; Max Weber que toma o contrato social como base do relacionamento comunal; Frederic Le Play, que insistiu no estudo da comunidade em relação ao seu ambiente físico. E ainda, Emile Durkheim que procurou conceituar o termo comunidade a partir da caracterização das relações sociais que lhe são peculiares. No seu entender, essas relações, na comunidade, se caracterizariam pela ausência de ações plenamente voluntárias e deliberadas, baseadas numa solidariedade que tenderia a ocorrer mecanicamente, em função da operação de mecanismos repressivos. Por contraste, as

relações societárias seriam deliberadas voltadas à consecução de metas comuns e pela solidariedade do tipo orgânico, onde as leis teriam caráter restritivo.

O tema ganha importância, porém, no meio acadêmico, a partir da década de 20, com os trabalhos de R. Park, E. Burgess e Mackenzie (1967) que acompanham a perspectiva ecológica adotada por uma grande maioria de sociólogos norte-americanos. A comunidade é vista como unidade de estudo e compreendida não só como agrupamento populacional, mas, sobretudo, como uma estrutura populacional, uma constelação formada de unidades individuais interdependentes que se distribuem espacialmente e mantêm entre si determinadas relações, sujeitas a constantes mudanças que são condicionadas por fatores tecnológicos.

A partir da distinção estabelecida entre as relações sociais, no urbano e no rural (WIRTH, 1938; REDFIELD, 1941), chegou-se à elaboração de um quadro teórico que salientava a polaridade das situações que caracterizavam as relações sociais nas duas realidades. Ao constatar, em áreas urbanas, a existência de núcleos populacionais com características de homogeneidade, predominância de relações primárias e limitada divisão do trabalho, o que os assemelhava às nucleações rurais, a Escola de Chicago desencadeou um processo de teorização em torno do assunto, ao denominá-lo de *Comunidade*.

Passava-se a valorizar a “vida comunitária” a partir da solidariedade e da coesão grupal, desenvolvendo, de certo modo,

o “mito da comunidade” à base de determinadas características sociais. Estrategicamente, usa-se a expressão para dar força e impulsionar à ação determinados segmentos populacionais, ao mesmo tempo que se mascara e encobre a realidade caracterizada pela coesão ou homogeneidade.

A ênfase recai, conseqüentemente, na *integração* que decorreria de fatores, tais como: área geográfica comum e proximidade espacial que facilitariam relações fundadas nos laços de vizinhança, na homogeneidade cultural e na identidade de interesses.

A partir dessa perspectiva, é que são formulados e implementados programas estatais voltados para as populações de baixa renda. Entre nós, particularmente, nas décadas de 50/60, evidencia-se o “viés integrativo” daqueles programas voltados para a eliminação de uma suposta marginalidade, que salientava a segregação de determinados contingentes populacionais que residiam nas favelas, nas áreas de invasão ou de periferia urbana.

A noção de comunidade é formulada segundo um modelo que distingue como seus traços fundamentais:

- Área geográfica delimitada;
- Populações com características homogêneas do ponto de vista do nível de renda, de escolaridade, do nível ocupacional, etc.;
- Carência de infraestrutura de serviços urbanos;
- Identidade de interesses;

- Existência de “práticas coletivas”, mais ou menos espontâneas, ao nível de sobrevivência;
- Coesão interna, solidariedade e disponibilidade para a cooperação.

Nota-se que são privilegiadas características de ordem psicológica ou cultural, aproximando-se a noção de comunidade a de um “estilo de vida comum”, onde predominam as relações harmônicas, o consenso, a identidade de propósitos e os problemas comuns (BOSCHI, 1983). Basta uma observação superficial de uma área de baixa renda para verificar que a população tem em comum, apenas, a renda insuficiente. Ainda assim, inserida em relações de trabalho altamente diferenciadas, essa população apresenta subgrupos heterogêneos, nos quais se incluem trabalhadores com renda fixa, desempregados, trabalhadores de construção civil, operários qualificados, funcionários públicos, pequenos comerciantes a até profissionais liberais. Não há como estabelecer uma situação de classe comum para moradores de uma determinada área. Trata-se, antes, de um conjunto de indivíduos com características de classe bastante heterogêneas e, correspondentemente, com formas de consciência muito diversas.

Na verdade, o uso do termo comunidade procura preservar aqueles traços fundamentais – identidade, coesão, homogeneidade, etc. – que são coerentes com as teorias que explicam o sistema social à base de solidariedade ou da predominância das relações primárias.

Se a realidade social, porém, for vista como constituída por interesses em conflito, como então, pensar o conceito de comunidade fora da realidade ou do contexto social e sem tomar em contar as relações entre as classes sociais?

Relações sociais e interesses em oposição

Na realidade social, a convivência dos indivíduos ocorre em meio a um completo sistema de relações sociais, gerados pelo modo de produção e em função de suas necessidades. No dizer de MARX e ENGELS (1977), nesse contexto estabelecem-se:

- a) As relações sociais de produção, decorrentes do processo produtivo, que são as relações dos homens com as coisas materiais;
- b) As relações sociais político-jurídicas, oriundas das atividades do Estado, dos homens com as instituições;
- c) As relações sociais ideológicas, ou da ação direta, contínua e recíproca dos homens com os próprios homens e que são decorrentes da vida familiar.

A relação fundamental sobre a qual se baseia esse sistema de relações é a *posse dos meios de produção*. Quando reconhecida pelos membros da sociedade, devidamente protegida por normas, salvaguardada pelo direito, a propriedade é a origem da divisão da sociedade em classes (LANGE, 1976).

A propriedade ou não dos meios de produção determina a formação das classes sociais e concorre, também, para que se estabeleça entre as mesmas uma subordinação estrutural, ou

seja, da classe não-proprietária à proprietária, do trabalho ao capital. Geradas e articuladas pela propriedade privada, essas classes são antagonônicas, embora formem um só conjunto – o todo orgânico da sociedade.

Para compreender as relações que se estabelecem nesse contexto, é fundamental a noção de *antagonismo estrutural* entre as classes. Estas constituem um todo, cujos elementos nem podem ser absolutos, nem passíveis de conciliação. Antes, se apoiam e se reproduzem em conjunto, não podendo ser pensadas isoladamente. Embora formem um todo, as classes têm interesses e necessidades próprias, segundo sua posição na estrutura social. E a oposição não se dá apenas entre as classes ou entre os dominantes e os dominados. A própria classe constitui campo de oposição:

- “De indivíduos contra indivíduos, que dá origem à subordinação do indivíduo à sua classe;
- Entre indivíduos, que formam a mesma classe (subgrupos, estamentos, segmentos de classe, etc.);
- Entre as classes fundamentais e seus respectivos modos de ser e consciência” (MÉSZAROS, 1973).

Inferem-se diferenças qualitativas dos interesses dos grupos básicos e no mesmo grupo. O grupo dominante tem interesse em mudar na medida em que as reformas ou concessões podem ser integradas ou institucionalizadas. Entretanto, tais mudanças são contrárias aos interesses do grupo subordinado, desde que prolongam sua subordinação. Por outro lado, o inte-

resse pessoal de cada membro do grupo dominante está diretamente relacionado com o objetivo geral de conservar a posição estruturalmente dominante e privilegiada, que o grupo, em seu conjunto, tem na sociedade.

O mesmo não acontece, porém, com os grupos dominados. Como foi salientado, as relações de produção geram relações sociais. Tais relações se traduzem em interesses opostos no interior do modo de produção, em função do lugar que os indivíduos ligados às suas classes ocupam no modo de produção. Na medida em que os objetivos fundamentais das classes detedoras dos meios de produção visam ao aumento da acumulação e da ampliação da riqueza, essa exigência lógica do sistema colide com os interesses das classes trabalhadoras que visam, de modo geral, a sua própria ascensão social, ou seja, o acesso a uma capacidade superior de consumo e à posse dos meios de existência.

Enquanto as classes dominantes postulam a concentração de renda e a acumulação, os trabalhadores requerem a distribuição da renda, o acesso aos lucros. Assim, em áreas de capitalismo dependente como no caso do Brasil e, especialmente, da Região Nordeste, que necessita de “investimento intensivo de capital, ao mesmo tempo, que técnica poupadora de mão de obra” (MOISÉS, 1982) não se está diante de classes homogêneas.

Nas classes populares, às variadas e complexas relações de trabalho correspondem experiências diferentes e, portanto,

formas de consciência distintas. A um nível geral, todos têm um interesse objetivo em comum, que se relaciona, em última análise, com a reorganização do trabalho (do capital) e correspondente modificação das relações de classe. Portanto, os interesses estratégicos desses grupos estão ligados à uma transformação da sociedade. Mas, ao nível concreto, eles requerem soluções de curto prazo para situações emergenciais. Assim, é frequente a contradição entre interesses estratégicos e imediatos, ou seja, entre interesses coletivos e individuais.

A unidade desses grupos se dá no plano político, muito mais do que no plano das relações de trabalho. A partir de experiências de realização de um interesse comum, pode-se iniciar um processo de aprendizado que, diminuindo distâncias entre as diferentes formas de consciência que os caracterizam, desenvolva um real processo de participação. No decorrer de tais experiências unificadoras, os indivíduos percebem as causas comuns dos problemas que os afetam na esfera da reprodução material ou socioeconômica, acima da diversidade de trabalho em que se encontram, e, desse modo, passam a reconhecer sua situação de exclusão social e a possibilidade de luta por melhores condições de sobrevivência.

Nessa perspectiva, as ações coletivas, implicando o exercício de certos direitos públicos de cidadania, essenciais à sobrevivência, podem desenvolver uma identidade popular, um senso de coletivo, a partir do qual se constituirá aquela unidade.

A configuração das relações sociais em oposição, segundo uma matriz que coloca os indivíduos agindo em função de sua posição de classe na estrutura produtiva, leva a pensar o *coletivo*, igualmente, em termos de conflito de interesses. E a coesão, como coesão de classe, uma coesão por oposição, a partir da consciência de necessidades que respondem pela sua diferenciação em relação a outra classe ou frações de classe.

Trata-se de uma visão alternativa de comunidade que privilegia o *coletivo*, como seu conteúdo, em vez de preferenciar o *comum*. Coletivo que não se assenta em bases psicológicas ou se refere a ações espontâneas, mas que é produto de ação organizada e decorrente de interesses percebidos como comuns, numa situação de classe.

Esta abordagem pressupõe a constatação do conflito de interesses e a consciência desse conflito. Não se pretende rejeitar o conceito de comunidade, mas de repensá-lo quanto a seu conteúdo, tomando por base a realidade objetiva, numa tentativa de explicar os fatores que compelem os indivíduos a atividades coletivas.

Pensando comunidade dessa maneira, constituem fatores de aglutinação à classe social à qual os indivíduos pertencem e a identidade consigo mesma, e não, como em outras teorias, o local de moradia ou a distribuição desigual de bens e serviços produzidos socialmente.

Todavia, não é a simples colocação da ação coletiva nas propostas comunitárias que garante ação organizada, a partir

dos interesses da classe, mas, sobretudo, a natureza real dos objetos de que tratam.

A ação coletiva referida a interesses imediatos, sem referência a objetivos estrategicamente importantes, ou seja, coletivos, só faz reforçar a consciência de grupo para com os interesses parciais e limitados de algumas pessoas.

Assim, indaga-se: *como vem sendo tratado o coletivo, no Serviço Social*, em programas comunitários, face aos interesses objetivamente contraditórios das classes fundamentais da sociedade?

Essa questão se torna mais crucial ainda, quando se sabe que tais programas são empreendidos pelo Estado supostamente como política de atendimento às necessidades das classes menos favorecidas.

Desse modo, a indagação seria mais: como vem sendo tratado ou apresentado o coletivo, através do Serviço Social, em programas comunitários estatais, frente a interesses sociais em oposição?

Diante dessas contradições de caráter tanto lógico como real, certamente se faz preciso entendê-las e explicá-las. Sobressai a necessidade de avançar a investigação nesse campo de conhecimento, refletindo sobre os conteúdos e formas de representação da realidade, bem como a operacionalização dos mesmos, tanto no discurso institucional como no discurso da prática do assistente social.

Enquanto movimento, interno e externo, no processo do conhecimento, isso requer o desenvolvimento do conceito e a busca da objetivação do seu conteúdo. Para isso, procura-se apoio da dialética que reconhece, como fonte objetiva da formação e desenvolvimento dos conceitos, o mundo real, objetivo, sendo “a base material constituída pela prática histórico-social dos homens” (KOPNIN, 1978).

Não se pretende rejeitar, a priori, os conceitos tradicionais de comunidade, nem aqueles derivados de áreas afins, considerados úteis em campos já investigados. Ressalta-se, apenas, que os conceitos tanto podem ser gerados com base em conhecimentos anteriores como pelas necessidades da prática: essa é a posição adotada no estudo.

“Os conceitos humanos não são imóveis, mas, estão, em eterno movimento, se transformam uns nos outros, desembocam uns nos outros, sem isso não refletem a vida ativa” (LÊNIN, 1978).

Busca-se o conhecimento não a partir do vazio, do desconhecido. É preciso não reduzir o processo de abstração ao simples desmembramento do objeto em propriedades, à comparação dos indícios, ou à distinção dos comuns em semelhantes. Somente depois de descobrirem, no objeto, os aspectos que lhes são úteis, e que respondem às suas necessidades, é que os homens o apreendem e formam conceitos sobre ele. É a *prática* (atividade social do homem) *que determina a essencialidade desse ou daquele aspecto do objeto.*

No que toca ao conceito de comunidade na história do Serviço Social, as perspectivas de produção de conhecimento têm sido racionalistas ou idealistas. Voltam-se para a identificação de conceitos como ponto de partida do conhecimento ou para a identificação dos elementos significativos desses conceitos, supondo a existência de conhecimentos acabados, antes da experiência e independentemente desta.

Na verdade, os enunciados da literatura de Serviço Social sobre comunidade constituem muito mais aspectos isolados do objeto do que os aspectos gerais e essenciais. Por exemplo: comunidade geográfica, comunidade de interesse, comunidade de baixa renda, etc. Refletem, assim, aqueles aspectos que estão mais aproximados ou mais distanciados do próprio objeto, mas não constituem o reflexo do geral e do essencial nesse objeto. Dizem o que, em geral, lhe é inerente, os aspectos e propriedades que ele possui, ignorando suas conexões e relações, fixando no movimento do pensamento apenas certos resultados, sem chegar a reunir ou “resumir todo o conhecimento antecedente do objeto num todo único” (LÊNIN, 1978).

Os questionamentos que o movimento de reconceitualização suscitou no Serviço Social, colocaram em evidência o processo de mudança dos conceitos, ressaltando, assim, a “mutabilidade e multilaterabilidade” do mundo social. Ele chamou a atenção para a necessidade de um processo de investigação que permitisse estabelecer uma relação de identidade entre o subjetivo e o objetivo, o concreto e o abstrato, através da práxis do assistente social.

Verifica-se, no entanto, que muitas das novas proposições teóricas em Serviço Social se dirigiram, mais que tudo, à reformulação do método, ou seja, das ações exercidas sobre o objeto. As reflexões giravam mais em torno do “como fazer”, pretendendo, assim, mudanças nas ações à base de novas e melhores fórmulas que, ao final de contas, resultam em “fazer o mesmo, o melhor possível”. A ênfase recaía nas ações do profissional, e, especialmente na observância de regras ou normas, estabelecidas pelas instituições ou programas em que trabalhavam, deixando, na verdade, em segundo plano, a preocupação com a identidade da ação com o objeto.

Tratou-se de reformular procedimentos do Serviço Social, do ponto de vista da necessidade prática, com base no conhecimento, como por exemplo, se pode observar no programa levado a efeito em Itabira (Minas Gerais, 1969). Mas, a prática ainda prescindiu da aplicação acertada de categorias à análise das situações concretas de intervenção.

É comum, também, o assistente social tomar de outra disciplina um conceito de alcance amplo e concebê-lo como categoria, numa experiência inteiramente distinta, não estando seu conteúdo coerente com os princípios do Serviço Social. Pode-se, assim, ver como o conhecimento é concebido como atividade puramente subjetiva, separada da realidade objetiva.

O importante, como assinala Kopnin (1978), está “no conhecimento, conteúdo, objetivo. E esse conhecimento não implica na substituição de concepções puramente subjetivas, mas em mudança no conteúdo objetivo da imagem cognitiva”.

Em consequência, investigar o que é e em que consiste o coletivo ou ação coletiva, como conteúdo de comunidade, requer a reconstituição do processo histórico do desenvolvimento do conceito.

O estudo procurará analisá-lo nos três níveis de representações (literatura, discurso oficial, discurso profissional), verificando como é tratado ou explicado o coletivo a partir de seus determinantes e frente a interesses sociais e, oposição.

O conceito de comunidade na literatura do Serviço Social

No Brasil, o interesse pelo termo comunidade é registrado a partir de 1936, quando se realizou o primeiro levantamento sistemático de padrão de vida de um grupo de famílias de trabalhadores, em São Paulo (SILVA, 1974). Desde então, vem sendo conceituado e adotado, no âmbito do Serviço Social e das ciências sociais, segundo interpretações que variam a partir da ideologia dominante e dos pressupostos teórico-metodológicos, assumidos pelos intelectuais, nessa área. Alguns baseiam-se em sua etimologia, entendendo-o como *comunalidade* “constituída pela comum participação num bem que se deva manter ou então por uma necessidade comum ou destino comum” (BRUGGER, 1977). Outros entendem comunidade como localidade ou área geográfica, quando toma como referência os limites geográficos ou a influência dos fatores físicos sobre as relações sociais. Também se fala de comunidade como estrutura social do grupo e, nesse caso, se estudam as instituições do grupo, os problemas de papel, “status” e classe social, ou seja, comunidade definida como um conjunto de relações sociais. Ou enfatiza-se o aspecto psicológico do problema: é a comunidade como sentimento de pertinência. Também se emprega comunidade como sinônimo de sociedade, definindo-a de forma descritiva ou interpretativa.

Essas considerações já se constituem objeto de preocupação para G. Carter (1957) ao acentuar as distinções possíveis e os critérios de definição do fenômeno: “A comunidade pode ser uma cidade incorporada, um bairro ou um setor de uma cidade que atua como subunidade de uma cidade urbana, ou pode ser um grupo populacional que tem vínculos comuns como a comunidade judaica ou a católica. A última chama-se comunidade funcional, a primeira poderia ser chamada comunidade geográfica. Também fala-se em comunidade num sentido funcional como quando se fala de comunidade de bem-estar” (CARTER, 1975).

A incorporação do conceito comunidade no Serviço social se dá após a 2ª Guerra Mundial e em decorrência do programa bilateral celebrado entre o Brasil (Ministério da Agricultura) e o Governo Americano, em 1942, para assistência técnica aos países pobres. O convênio incrementa a produção de alimentos, baseados no argumento de que a pobreza e a fome são um entrave para essas populações e para as áreas mais prósperas no que diz respeito à luta ideológica contra a propaganda comunista. Tal acordo é prorrogado e, em 1945, é celebrado outro, sobre a educação rural, aproximando os dois países no que se refere à educação, ideias e métodos pedagógicos para melhoria de condições econômico- sociais das populações pobres rurais.

Já, em 1948, a Convenção da ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) incluía o curso de Organização de Comunidade como um método básico de Serviço Social. Desta

sorte, aproximadamente em 1950-51, este ensino estava difundido em todas as escolas de Serviço Social, embora não ocorresse unanimidade quanto à nomenclatura Serviço Social de Comunidade, Serviço Social de Organização da Comunidade e Organização Social da Comunidade. Observe-se que as expressões adotadas acompanham a contínua evolução de aplicação do processo de acordo com as características que o mesmo assume em diversas fases históricas, em variados contextos sociais.

Em 1949, o 2º Congresso Panamericano de Serviço Social abre novas perspectivas de conjunto, relacionadas à comunidade ao analisar a responsabilidade do trabalhador social perante a comunidade (CBCISS, 1961). Nesse mesmo período a série de publicações da União Panamericana contribuiu significativamente para o aprofundamento dos estudos sobre comunidade do ponto de vista conceitual e metodológico. Outras fontes de estudo se constituíram nas publicações do Movimento de Economia e Humanismo, ressaltando-se, também, as da escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Experiências colhidas em culturas são diferentes, nem sempre embasadas na pesquisa social, levaram de certo a interpretações apressadas, insistindo-se em aspectos distantes da realidade brasileira e da cultura local.

A noção de comunidade é associada ao esforço racional, organizado e de todos contra o atraso, a miséria e a estagnação. A organização da comunidade tinha sua ação restrita a *áreas*

funcionais, na coordenação de obras, criação de fichários de obras ou de assistidos.

A partir de 50, a ênfase recai na *área geográfica*. Datam dessa época as experiências do MEC (“Missões Rurais”, reproduzindo as missões culturais mexicanas) e do Ministério da Agricultura (Itaperuna – RS) em cujos estudos a comunidade é “tomada como o que é, com suas características próprias, com seus recursos atuais e potenciais, com sua história, seus costumes, suas possibilidades. Não como uma unidade isolada, mas integrada em um todo maior, um meio físico, econômico, social, cultural mais amplo que os seus próprios limites e ao qual está vinculada por laços de toda ordem (materiais, morais e espirituais)” (REIS, 1962).

É essa comunidade que se propõem a desenvolver, respeitando suas características e do meio no qual se insere. É essa a linha de ação que dá lugar ao “Desenvolvimento e Organização de Comunidade”, reconhecido nas Escolas de Serviço Social, a partir de 60.

O acirramento das contradições do sistema econômico e consequente agravamento da questão social conduzem aos planos de Desenvolvimento, colocando-se o desenvolvimento social como consequência automática do desenvolvimento econômico. Nessas condições os trabalhos de ação social são entendidos como um mecanismo necessário à eliminação dos possíveis estrangulamentos nesse processo.

Como tal, são reconhecidos os programas de Desenvolvimento de Comunidade que passam a integrar os planos de governo. A tônica do discurso recai, então, sobre a “participação consciente e organizada da população no desenvolvimento sócio-econômico”. Na construção do conceito comunidade, importam o sistema de relações sociais e a postura dos indivíduos e grupos na compreensão dessas relações.

O que se verifica, no entanto, é, ainda, uma carência de estudos sobre esse fenômeno social que é a comunidade. Ou, pelo menos, mais objetividade no que se refere ao conteúdo em que se expressa essa realidade.

No que se refere à conceituação de comunidade em Serviço Social, o procedimento utilizado ainda tem sido o de adotar um conceito de outra disciplina, sem a devida conversão e aplicá-lo a alguma experiência; ou estudar, historicamente, vários conceitos e optar pelo mais adequado à realidade; ou ainda adequar o conceito à realidade mediante a justaposição de vários conteúdos.

A realidade e a prática profissional desenvolvida não têm sido consideradas como elemento fundamental no processo de construção, reconstrução desse conceito. Logicamente, os conhecimentos e as ações desenvolvidas pelos profissionais, principalmente, os de Serviço Social, se diversificam conforme a perspectiva teórico-prática-metodológica assumida pelos mesmos. E não poderia ser de outro modo, porque estão rela-

cionados, em última análise, à determinação do próprio objeto de conhecimento e transformação.

Segundo a fundamentação teórico-prática predominante, podem-se identificar tendências baseadas em orientações funcionalistas-empiristas, onde prevalece a noção de estrutura – a comunidade área geográfica; ou em orientações histórico-estruturais onde prevalece a noção de processo (SILVA, 1974) – a comunidade como relações sociais. E, ainda, uma outra posição que se poderia chamar de eclética (ANDER-EGG, 1974), reunindo as duas noções anteriores e, como tentativa de refletir o todo do fenômeno, buscando um conceito “conciliatório”.

A unidade “práxis”, buscada num ou noutro procedimento, não se realiza pelas simples conjunção de conteúdos ou definições. Ela existe de forma objetiva e concreta no fenômeno, na realidade. E, é essa realidade, essa unidade no fenômeno, que deverá ser refletida, abstratamente, através dos conceitos no processo de conhecimento, no processo de apreensão e atuação no mundo objetivo. Só, assim realiza-se mudança no conteúdo objetivo da imagem cognitiva.

Em que outras condições, não se pode deixar de atribuir àquele processo de conhecimento os motivos das imprecisões e contradições evidenciadas nas representações dos assistentes sociais sobre comunidade. Daí, a importância que se confere à abordagem do conceito na literatura do Serviço Social, onde essas tendências, historicamente, se manifestam.

Comunidade: uma questão antropológico-cultural

Entre os vários autores que tratam sobre comunidade, segundo esse enfoque, salienta-se José Artur Rios, cujo livro “A educação dos grupos” representa uma tentativa para sistematização do trabalho comunitário, no Serviço Social Rural. Segundo um método compreensivo faz um estudo extenso e minucioso sobre o termo comunidade que vai desde os estudos filosóficos de F. Tönnies (1976) em sua discussão, hoje clássica, entre comunidade e sociedade, até os estudos antropológicos de Donald Pierson, no Brasil. Inspira-se, sobretudo, em autores da sociologia norte-americana como: F. Giddings, C. Cooley, C. Galpin, F. Allport, R. Maciver e outros.

No seu estudo, Rios ressalta a amplitude e a imprecisão conceitual de comunidade, mas também as contribuições dos autores no que se refere às tentativas de buscar na realidade a matéria-prima para a construção dos conceitos. Todavia, argumenta que nenhum desses estudos alcançou a tarefa devida.

Constata que os estudos no Brasil são recentes e que a preocupação dos mesmos é, eminentemente, antropológico-cultural. Adverte, porém, que, no Brasil, o aparecimento dos *núcleos urbanos* se faz diferentemente de outros locais, se fez pela luta do homem do campo contra o latifúndio, a seca, etc., ou seja, dos pequenos grupos de localidade para a capital, não podendo considerá-los, como nos estudos realizados, o ponto

terminal de uma verdadeira teia de relações sociais, econômicas e culturais.

Para o autor, que se fixa em tipos ideais, a comunidade pode ser considerada *imatura*, *integrada* e *desintegrada*, segundo o grau de cooperação. Na comunidade integrada ou ideal, a cooperação é plena e total, verificando-se características como: alto grau de sociabilidade e civismo, elevados padrões de vida e educação, grupo familiar forte, estabilidade social, contribuindo para um mínimo de problemas sociais – crime, miséria, êxodo –, ou seja, para a ausência de tensões, conflitos ou frustrações (RIOS, 1957).

A integração é postulada como um “ideal que pretende realizar a solução dos problemas técnicos humanos, ou seja, a paz social e o bem comum” (ANDER-EGG, 1978).

Sua concepção apoia-se nas noções de coesão, consenso e solidariedade que apelam ao coletivo, mas oculta o dilaceramento inerente às formulações que reproduzem o modo de produção capitalista - as contradições reais de nossa organização social.

Assim, chega a estabelecer e enumerar os elementos que integram o seu conceito de comunidade: “Um grupo humano, vivendo em área geográfica contígua, caracterizada por um trama de relações e contatos íntimos, possuindo a mesma tradição e os mesmos interesses e mais ainda, a consciência da participação em ideias e valores comuns” (RIOS, 1957).

Destaca-se nessa conceituação a base territorial da comunidade, a unidade ecológica, mas também o sistema de

relações e expectativas de comportamento, atitudes e hábitos comuns que estabelecem entre os grupos participantes e os valores e ideais da comunidade.

Nesse caso, o conteúdo se volta para uma visão mais antropológica de comunidade, baseada no grupo humano em objetivos voltados para tradição, interesse e consciência de valores comuns, tomando como elemento fundamental a cultura, em torno da qual se dirige o desenvolvimento de algum programa. A cultura é que fornece a norma para o estudo da comunidade sejam o estilo de vida, modos, valores ou ideais.

Nessa perspectiva, o assistente social atuaria como agente mediador, de adaptação e ajustamento dos setores funcionais do sistema social, enfatizando as relações interpessoais, intergrupais para atender problemas locais e setorializados – geralmente, de infraestrutura física, atribuídos à organização social.

Comunidade é conceito funcional para Rios e só possível de aplicação às comunidades urbanas “na medida em que permitir o contato e o conhecimento entre seus habitantes, na medida em que estes se acharem integrados nos respectivos grupos e sofrerem na sua conduta o controle da opinião” (RIOS, 1957).

Trata-se de uma aceção que valoriza os aspectos comuns nas relações sociais estabelecidas num determinado espaço, que ignora o conflito, a desigualdade, e reconhece, sobretudo, a base da cooperação para o controle social.

Essa posição é compartilhada por Aylida Pereira Reis e, ainda, por Balbina O. Vieira que se fixam na visão de Tönnies,

salientando as relações de cooperação e solidariedade no trabalho, na família e na vizinhança. Prevalecem as noções de homogeneidade e integração.

Comunidade: um sistema social

Como Rios, Maria Lúcia Carvalho da Silva aborda, evolutivamente, os estudos realizados sobre o tema, ressaltando contribuições e obstáculos para a definição de comunidade, principalmente, no estudo dos aspectos ecológicos. Ao mesmo tempo apresenta e comenta os conceitos relevantes elaborados por estudiosos do Desenvolvimento Comunitário, no período 65/70, identificando pontos de concordância e específicos na tentativa de sintetizar o pensamento atual sobre aspectos doutrinários e operacionais do processo na América Latina.

No seu estudo, a autora chama a atenção para a inclusão dos elementos estrutural e funcional nas definições consideradas e a tendência constante a pensar os atributos explícitos e implícitos da comunidade de forma conjugada – estrutura-função. Explica assim a inexistência de concepções puras e as dificuldades para o consenso conceitual. Salienta, todavia, alguns pontos comuns nos conceitos, a saber:

- conjunto de pessoas
- um determinado grau de solidariedade
- sistema cultural comum
- base ecológica
- sentimento de pertinência

A partir desse procedimento Maria Lúcia Carvalho da Silva, procura definir comunidade como:

“Uma unidade social, um espaço social no qual ocorrem interações pessoais, intergrupais e, portanto, sociais, criando uma determinada organização típica e própria, característica de um sistema social. É assim, uma realidade abrangente, dinâmica, mutável em sua rede de instituições, sua teia de relações, seus padrões de comportamento sócio-cultural, seus problemas, potencialidades, vivências e aspirações em processo de interdependência local, regional e nacional, nas dimensões rural e urbana” (SILVA, 1974).

Essa concepção se volta para uma visão sistêmica com objetivos relacionados ao bem-estar social (*salus populi suprema Lex esto*) (SCHOTTLAND, 1975) que se alcançam mediante a liberação e o desenvolvimento dos recursos e potencialidades individuais, grupais e coletivos.

Enquanto define como unidade ou espaço social, não faz distinção entre comunidades funcionais e comunidades geográficas. O que importa é a especificidade das relações que se processam nesse espaço – sob esse aspecto, suas ideias parecem coincidir com Ander-Egg quando admite como condição necessária ao conceito comunidade a “participação de seus membros em algum objetivo, interesse ou elemento comum” (ANDER-EGG, 1978). Mas o componente básico destacado é a interação. A comunidade assume, então, uma conotação de organização social típica e própria de um sistema baseado na interação do homem com o seu meio-ambiente onde a realidade se dá pelas intervenções no microambiente social.

Segundo a autora, a comunidade seja qual for a dimensão considerada, constitui uma unidade sociológica e não jurídico-administrativa. Os seus limites são condicionados, portanto, pela influência econômica e social, e não pelas leis utilizadas por Galpin, por exemplo, para delimitar a comunidade.

Estudo analítico semelhante é procedido por Myriam Veras Baptista (1976) que, a partir de uma revisão dos aspectos de formação de comunidade indicados por Durkheim, Weber, F. Fernandes, Ander-Egg e outros, elabora sua própria concepção de termo comunidade.

No seu estudo sobre a integração do planejamento do Desenvolvimento Comunitário no planejamento de desenvolvimento global, comunidade é considerada como:

“Uma unidade social dinâmica, onde se destacam os fatores de relacionamento, de delimitação geográfica e de função” (BAPTISTA, 1976).

Quando fala em relações na comunidade refere-se aos vínculos básicos correspondentes às relações na família, no trabalho e na vizinhança. Acompanha o conteúdo analisado por Tönnies, para a concepção de comunidade como entidade típica ideal baseada no parentesco, vizinhança e amizade, fundada no trabalho e na crença comum (DURKHEIM).

Observa-se que a comunidade é apreendida como unidade social, com características próprias, à semelhança do que define Maria Lúcia Carvalho. Trata-se, porém, de um sistema social que se desenvolve e se organiza a partir de um espaço

físico delimitado. Isso não implica diferenças acentuadas entre os dois conceitos. Apenas chama a atenção para uma determinação da interação.

A dimensão do *espaço físico* se apoia no pressuposto de que a área física leva à aglutinação, em consequência das relações e atividades que são desenvolvidas entre os vizinhos ou fora do círculo de vizinhança.

Nessa ótica, o conteúdo do conceito comunidade está voltado para uma perspectiva sócio-institucional, como em Murray Ross (1964). A comunidade pode ser definida como área geográfica que tanto pode ser um bairro como um município com um novo sentido de vizinhança nas áreas metropolitanas, contando que partilhem da vida ou trabalho comuns. Ou ainda, pode ser definida como uma comunidade de interesses ou associações de interesses. Nesse caso adquirem os programas objetivos políticos de desenvolver comunidades funcionais expressivas, em que, individualmente ou em grupo, o cidadão possa ter o sentimento de a ela pertencer e de controlar o seu ambiente. O espaço físico é tomado no sentido de determinante da interação.

A *função* é entendida como desempenho do papel da unidade social – a família, por exemplo – face às outras unidades. Esse elemento permite o escalonamento de comunidades diferenciadas conforme a função desempenhada pelas várias unidades sociais – comunidade política, econômica, recreativa, etc. – A base da comunidade é a homogeneidade consensual

das dimensões consideradas: a vida em comum, os mesmos valores, os mesmos interesses. Qualquer alteração num dos elementos do conjunto acarretará a modificação de todos os outros.

Sobressai nessa concepção a importância do ajustamento e da integração de grupos, indivíduos e comunidades ao sistema social, tendo como meta o seu funcionamento harmônico.

Embora se possa aludir a diferenças na formulação do conceito, prevalece no conteúdo desses conceitos e nos de Aylida P. Reis, Balbina Vieira, Ander-Egg, etc., uma visão de sociedade como “Unidade funcional”, onde cada uma das pessoas, parte de uma “comunidade societária” (PARSONS, 1974), deverá lealmente, contribuir para o funcionamento social do todo.

“Cada parte opera em conjunto com as demais com um grau suficiente de harmonia, equilíbrio e integração, onde os conflitos e as disfunções podem ser resolvidos, regulados e controlados” (CARDOSO, 1980).

A unidade da comunidade está baseada, portanto, numa ordem social e moral, com valores compartilhados, consenso espontâneo, acima de qualquer diferença de interesses dos indivíduos, grupos e classes sociais. As mudanças provocadas se dariam setorialmente, na saúde, educação, etc., para reforçar a unidade integração, na suposição de que um mínimo de integração é fundamental para subsistência de qualquer sistema social.

Nessa posição o tipo de conflito levantado é o que ocorre dentro do sistema social vigente, mas compatível com a sua continuidade, enquanto que a realidade se apresenta contraditória: os interesses individuais em conflito com os coletivos, a igualdade de direitos com a situação de classe, a consciência individual com a coletiva. Verifica-se dessa forma uma contradição entre conceito e realidade objetiva.

Constata-se que nos conceitos estudados inexistente conteúdo que expresse a perspectiva de transformação social. Ainda é significativo, sob esse aspecto, a forma de conhecimento como tem sido salientado, neste trabalho.

O movimento de reconceituação no Serviço Social, iniciado em 65, representa sem dúvida alguma, um marco significativo para o processo de conhecimento nessa área. Além da revisão crítica desse conhecimento, em todos os níveis e em todos os aspectos, passou-se a questionar a apropriação da realidade objetiva buscando novos conceitos e generalizações a partir da prática. Em relação ao desenvolvimento comunitário essa posição também se comunica. Observa-se, então, o deslocamento do pólo de interesse na intervenção que passa da disfunção social para o da intervenção nas relações sociais. O conceito de comunidade também é questionado, em termos do coletivo.

Comunidade: ação coletiva

Essa posição faz parte da proposta de um grupo de trabalhadores sociais Latino-Americanos – o grupo da ECRO

– Esquema Conceitual e referencial Operativo² – que é compartilhada, também, por muitos assistentes sociais brasileiros na área comunitária. Busca um esquema referencial teórico na prática desenvolvida e pretende a participação da população no processo político, com vistas a uma transformação das estruturas econômicas e sociais, de modo que atenda às necessidades reais da população.

Orientado por uma concepção epistemológica que tem sua base lógica no materialismo dialético, enfatiza que qualquer ação profissional exige um mínimo de referências teóricas que a orientem. Essa atividade teórica, por sua vez, só existe por e em relação com a prática. Como tal, é constituída não só pelo acúmulo de experiências pessoais e sociais do profissional, como também por uma visão de mundo, pelos subsídios teóricos anteriores – os conceitos – mas, principalmente, pelas exigências da própria realidade.

A prática social a ser desenvolvida com a população há de se efetivar, pois, a partir da identificação das contradições concretas da sociedade no estudo da formação social, e ainda, da identificação das classes sociais dessa mesma formação, segundo participação das pessoas que as integram, no processo de produção.

2 ECRO – “denominação de um grupo de trabalhadores sociais como idéia força do processo de reconceitualização, convertendo-se na antítese do Serviço Social e que por contraposição propicia o surgimento de uma forma de ação denominada trabalho social que tem por objetivo participar e contribuir ao processo de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas da América”. In: Dicionário de trabalho social, 1ª edição. Buenos Aires, Cadernos de Trabajo Social, 1974.

Nessa proposta da ECRO, a visão de sociedade se baseia na noção de totalidade contraditória, constituída por uma estrutura econômica fundamental, enquanto conjunta das relações sociais de produção.

A noção de comunidade nessa proposta não chega a ser explicitada ou definida, limitando-se o grupo a negar os conceitos existentes.

A partir de considerações em torno da presença de interesses de classe divergentes, contraditórios, faz a negação dos elementos constitutivos desses conceitos, ou seja, interesses, valores e área física comuns, relações sociais à base de cooperação e consenso, etc. A proposição se fundamenta no desenvolvimento de uma consciência social necessária que “abarca os aspectos das contradições em interrelação, como alternativas necessárias ao sistema global do capitalismo” (SCHAFF, 1973).

A análise de experiências comunitárias inspiradas nesse paradigma, como a realizada em Itabira (MG), evidência a consideração de categorias dialéticas na compreensão da comunidade, como historicidade, totalidade e movimento. O trabalho se constitui no fio condutor das relações sociais que se estabelecem não em termos de consenso, mas de conflito. A comunidade é encarada a partir do “potencial de transformação dessas relações” determinado pela consciência da desigualdade. A comunidade não é um pressuposto, nem um estudo definitivo, situado no aqui e agora; é um processo que se define historicamente, e no todo, na medida em que indivíduos e grupos assumem uma identidade referida ao *coletivo*.

Essa proposta é ratificada pela definição do objeto de intervenção como ocorreu no trabalho em Itabira e, também, pelos propósitos de conscientização, organização e capacitação indicados pelos profissionais.

Para os fins deste estudo, não importa a análise de resultados. O que vale ressaltar, nessa primeira aproximação, são as alterações evidenciadas no conteúdo do discurso sobre comunidade, na literatura de Serviço Social. De qualquer modo, porém, apriorístico, abstrato e insuficiente porque sem a sustentação da prática para sua elaboração.

Como foi visto, esse discurso é importante, mas não válido por si mesmo – impossível pensar comunidade neste plano, apenas, ou inferir sobre sua significação a partir de proposições teóricas.

É preciso mais, é preciso ir adiante, avançar na investigação do tema, partir para um outro plano, o do discurso institucional nos programas comunitários, e retomar, sempre que necessário, elementos desse plano inicial – é o ir e vir do passado para o presente com a perspectiva de futuro, no interior da linguagem, no interior do discurso.

As propostas dos programas comunitários estatais

O surgimento e a reestruturação do trabalho comunitário estão relacionados a um processo historicamente situado, amarrado a uma estrutura política, social e cultural que lhe impõe roteiros e instrumentos. E como resultado de sua eficácia no suprimento das necessidades básicas, delineadas pelos planos de desenvolvimento, os programas estatais cumprem igualmente uma função de reprodução ideológica na medida em que atendem às expectativas da população, segundo a visão hegemônica das classes dominantes.

Encarados como “Prática do Estado”, mas também, constituído sob a influência da luta de classe, há de se considerar que tais programas não deixam de expressar, também, a perspectiva das classes subalternas.

As intervenções na área do bem-estar se processam em termos das relações de classe que sustentam a estrutura. “O trabalho comunitário numa estrutura que foi e será condicionada pela luta de classes” (CORRIGAN, 1983).

Nessa perspectiva, a análise dos programas permitirá evidenciar como as relações de classe se manifestam e, ao mesmo tempo, como o discurso institucional representa essas relações que em verdade também expressam o conteúdo e o significado do conceito comunidade. Além, de aprender como são encarradas nos programas oficiais, a análise procurará reconstituir

as relações Estado/população, e, no antagonismo existente, o jogo de distribuição do poder, bem como as estratégias de luta ou de consentimento e integração das camadas populares às reformas propostas pelo Estado. Importa detectar relações em oposição e, ainda, as contradições que encerram esses programas quanto à definição dos interesses coletivos e aos mecanismos de superação e de participação. Como respostas do Estado às reivindicações da população, os programas comunitários procuram apresentar-se, a nível ideológico, como fiadores do bem-estar comum, servindo à ação coletiva. Mas, como operam os determinantes dessa ação coletiva?

Nessa análise não se pretende subestimar a determinação do econômico. Porém, conforme o quadro teórico indicado, a recuperação do conceito de comunidade no discurso dos programas oficiais que se refere principalmente à ideologia que “interfere na articulação das relações sociais com eficácia própria, embora seja determinada” (CARDOSO, 1978). A partir do caráter contraditório da estrutura, a apreensão do conceito se configura na articulação dessas relações, que se dá sob influência da relação de forças que prevalece no aparelho estatal.

De acordo com o procedimento metodológico adotado, foram tomados como referência programas comunitários de prestação de serviços, setoriais e multissetoriais, e programas de mobilização popular, numa tentativa de reunir variadas propostas institucionais, radicadas, entretanto, nas mesmas regras de poder.

Ao tomá-los como objeto de análise, parte-se do pressuposto que não constituem apenas um conjunto de representações ou de valores. Em sua dimensão ideológica, são tomados como prática política efetiva, que incide nas relações sociais. Outro ponto a salientar é a subordinação dos mesmos ao discurso institucional, geralmente traçado de fora pelos técnicos que detêm o controle de organização. Evidentemente, não se pode ignorar a distância que se coloca entre o discurso institucional e a prática, a ação profissional. Procurar-se-á, depois, reconstituir esse espaço no resgate do discurso do agente profissional.

Programas comunitários de prestação de serviços

Setoriais

De modo geral, pode-se afirmar que os programas comunitários setoriais analisados estão intrinsecamente relacionados com a *questão urbana*.

Ante o desenvolvimento do sistema produtivo nas áreas metropolitanas, novas e crescentes necessidades se põem à reprodução da força de trabalho que, por sua vez, geram o aumento da demanda por serviços de infraestrutura, pelo acesso à habitação e aos transportes coletivos, ampliando consideravelmente, a expectativa da população por equipamentos sociais e culturais, bem como pela melhoria dos serviços existentes. Com vistas a assegurar a integração e para que a população se

capacite a responder ao ritmo urbano de vida, o Estado intervém, patrocinando programas comunitários que se propõem a suprir a precariedade de serviços de consumo coletivo, socialmente necessários à subsistência das classes trabalhadoras.

As propostas desses programas revelam contradições básicas, que se relacionam com a lógica de participação do Estado no desenvolvimento da economia capitalista. No setor de habitação, por exemplo, observa-se que os programas se dirigem mais a criar e expandir as condições gerais para a reprodução do capital do que atender às necessidades da força de trabalho. A constatação é óbvia: a população continua a procurar soluções para o problema da moradia através dos mocambos, do aluguel de cômodos, da autoconstrução, já que os financiamentos par aquisição de casa, através o BNH se dirigem cada vez mais às camadas de renda média e alta.

Nos documentos analisados, a explicitação das diretrizes da política habitacional insinua contradições estruturais. Três pontos básicos referenciam por assim dizer a temática discursiva da instituição:

- a) A problemática urbana e a insuficiência de soluções isoladas, como a casa própria;
- b) Dilapidação da força de trabalho, ao reconhecer o grau de pauperização a que estão submetidos os usuários;
- c) Os desequilíbrios produzidos na sociedade pelo crescimento econômico, dos quais seria instrumento corretivo o desenvolvimento de comunidade.

Prevalece a tese de que a prestação de serviços básicos cabe ao Estado, no papel de provedor de toda a população, confirmando assim aspectos de consenso social criado pela ideologia dominante. Implicitamente é admitido também que o processo de crescimento econômico é causa de desequilíbrio que supõem correção. No seu discurso, porém, o programa não dá conta das determinações econômicas e políticas a que se submetem as relações sociais. O quadro de referência é o equilíbrio social, e para isso, importa a participação organizada.

“É preciso não só construir casas para as populações de baixa renda, mas, principalmente atuar junto a essas populações através do programa de desenvolvimento comunitário, numa estratégia de participação organizada” (PERNAMBUCO, 1979).

Não se cogita de mudar, mas de organizar as ações para objetivos pré-definidos. Em presença de interesses possivelmente divergentes que, de qualquer forma, podem influir no direcionamento das ações políticas, o governo busca a *legitimação do projeto através de mecanismos que reforcem o consenso*. A habitação, como “um bem destinado a proporcionar refúgio e abrigo físico”, satisfazendo a uma das necessidades primárias do homem, constitui o fator de unificação, a partir do qual se pode “promover a integração dos indivíduos na família e na sociedade”. Ela é igualmente apresentada como elemento de elevação do nível de qualidade de vida da população, enquanto favorece a oferta de serviços de saneamento e de equipamentos sociais.

Acena-se com padrões de consumo mais elevados, desfigurando as verdadeiras razões por que determinados segmentos da população não têm acesso àqueles serviços, ou simplesmente *ignorando o conflito social*.

Em meio à contradição acumulação do capital/reprodução de força de trabalho, a instituição induz uma estratégia de participação organizada que se manifeste em solidariedade e apoio aos projetos oficiais, *admitindo previamente a identidade de objetivos e a ausência de reivindicações próprias da massa popular*.

Coerentemente com essas posições, o programa normaliza práticas específicas com o objetivo de coordenar os esforços reivindicatórios, inserindo-se numa lógica de integração e ascensão social. Nessa perspectiva é definida a população-alvo, qualificada como: ... “aquela cuja renda se situa entre 0 e 3,5 salários mínimos, que mora em assentamentos sub-normais, numa área de vida urbana precária, onde se aglomeram as populações que expressam a patologia social do sistema vigente” (PERNAMBUCO, 1979).

A pobreza constitui o componente básico, inerente à condição de população urbana periférica, sendo concebida como entrave ao crescimento econômico e, por isso mesmo, em contraposição e negação à cidade – “uma questão urbana”. Ao definí-la como expressão da patologia social, e associando o indicador de baixa-renda à moradia sub-normal, o Estado escamoteia o processo de espoliação urbana (MOISÉS, 1982),

insinuando que os grupos sociais excluídos serão incorporados ao processo de desenvolvimento através dos serviços propostos.

A condição de pobreza apresenta-se, pois, como critério de elegibilidade da clientela. Atende, também, ao controle da demanda – uma exigência da imagem reprodutiva da instituição. Tudo indica, porém, que a situação de pobreza é confundida com “marginalidade”, associada em certa literatura sociológica ao pouco ou nulo significado de determinados grupos para o processo econômico. Essa concepção acentua, em última análise, o estereótipo do “pobre urbano” ligando-o a certos atributos de carência (desemprego, desqualificação profissional, baixa escolaridade, habitação precária, baixo poder aquisitivo, etc.).

Daí sustentarem as proposições do programa que “essas populações não estão integradas” na vida local. Não contam com organizações internas e estão supostamente alienadas das estruturas sociais, econômicas e políticas em virtude de sua situação de carência – não apenas material, mas também de saber.

A aparência da realidade é sempre aceita sem questionamento; o imediato se sobrepondo ao construído.

Na ausência de preocupação com a investigação da realidade “destinatária do programa em sua essência e existência”, a comunidade é definida pelos sintomas externos, como um conjunto de condições imputadas pela instituição a um aglomerado de baixa-renda, num espaço especializado à função residencial.

“Um conjunto de pessoas que vivem em uma mesma área geográfica, em permanente interação, apresentando laços comuns de solidariedade, cooperação, interesses, objetivos e espírito de pertinência” (SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE PERNAMBUCO, 1979).

Prevalece a crença numa unidade de propósitos, decisões e ações comuns, muito próxima de uma concepção idealista da realidade.

O programa se refere à *comunidade* como um “tipo ideal”, onde determinadas dimensões estão presentes, do ponto de vista físico (a mesma área geográfica), social (interação, cooperação) e cultural (orientação para o grupo, sentido de pertinência), quase como um construto elaborado especialmente para uma determinada prática social.

O conceito de comunidade serve, assim, como uma cortina de fumaça a esconder posturas ideológicas e implicações relacionadas à natureza do sistema social.

Não se consideram, por exemplo, os fatores que influem nessa “homogeneidade da carência” que apresentam esses aglomerados de baixa-renda. Nenhuma referência se encontra à dinâmica e orientação das transformações econômicas que determinaram as condições de trabalho e renda dessas populações. Embora saliente os “laços comuns de cooperação, de solidariedade, etc”... o discurso institucional ignora o conteúdo de classe nas relações consideradas, e conseqüentemente, a composição e os interesses concretos dos grupos de baixa-renda,

assim como a força própria desses grupos, seus movimentos e suas unidades de ação.

Os conflitos com o sistema dominante são mistificados através da proposta de *integração*, ao proporem os programas medidas paliativas para os problemas da pobreza, impedindo os indivíduos de tomarem consciência de sua própria condição. Um dos mecanismos adotados para isso é a “participação da população em programas de prestação de serviços sob a direção e o controle paternalista do Estado. Ou ainda, as simples concessões materiais que, além de superdimensionadas institucionalmente (“O Estado como benfeitor”), constituem meios de cooptação, ao insinuarem possibilidades de ascensão social e esquecimento da própria exclusão social.

Os programas desempenham, assim, funções contraditórias. Ao mesmo tempo em que procuram assegurar as condições de moradia para a população de baixa-renda favorecem a propriedade privada, o uso do solo urbano por grupos privilegiados e a especulação imobiliária; enquanto propõem o acesso ao trabalho, aos equipamentos sociais (cada vez mais concentrados no espaço urbano), promovem a localização da população em áreas isoladas ou afastadas dos centros de trabalho. Ou ainda, procuram manter o controle da população que, por sua vez, começa a negar a lógica desses programas, reivindicando ou contestando seus “benefícios”. Essas contradições põem em evidência a fragilidade da noção de igualdade em que o discurso institucional se apoia, bem como a preva-

lência dos interesses dos segmentos maiores da população na formulação de suas diretrizes e metas. Quanto mais apresenta objetivos relacionados ao interesse “de todos”, mais aprofunda a contradição. Na medida em que busca a legitimação popular, através do processo de integração, esses programas criam sempre mais demandas, cada vez menos satisfeitas. Desse modo, reforçam o antagonismo existente, e, ao mesmo tempo, negam a identidade como determinante da ação coletiva. É possível que a insatisfação crescente e a incapacidade de barganha das instituições antes necessidades crescentes da população terminem reforçando a pressão coletiva, criando condições para a unidade dessa população. Nesse caso, porém, a convergência das ações decorrerá da percepção daquelas contradições, da consciência da necessidade comum.

Observa-se que, em determinadas áreas³, em que esse processo de politização é mais intenso, o Estado passa a implementar ações no setor de urbanismo, na medida em que os protestos da população se intensificam. A criação de associações de moradores, a resistência das “áreas de invasão, as reivindicações de benefícios através de abaixo-assinados, por exemplo, constituem expressões mais frequentes desses protestos que põem em questão a submissão pretensamente internalizada por parte dos grupos dominados.

Ante essas reivindicações, foram ampliados aqueles programas, a partir de 79, se não com o objetivo explícito de reprimi-

3 Áreas como o Coque, Brasília Teimosa, etc.

mir as demandas como a característica de “ajuda à autoajuda” pelo menos visando o Estado constituir-se como suporte e articulador das reivindicações populares.

As proposições básicas desses programas não diferem dos primeiros no que toca às representações da realidade. Usam slogans (v.g. um por todos e todos por um) para ocultar um processo interno de diferenciação social, ao mesmo tempo em que se promovem líderes entre os que demonstram maior disposição a adaptar-se às normas oficiais.

A semelhança dos habitacionais, esses programas se ocupam de assentamentos sub-normais que vivem em condições “sub-humanas”, sem água, sem coleta de lixo e outros serviços básicos , num ambiente sujo e insalubre” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980). De certo modo, completam os programas de habitação, acompanhando as consequências do crescimento urbano.

Em consonância com as características desse processo, afirmam que “não são suficientes para promover o bem estar das comunidades e melhorar o desempenho dos diversos setores do sistema produtivo” (PCR, 1980). Mas justificam as ações desenvolvidas, adiantando diretrizes relativas à *organização espacial*:

... É preciso contemplar a melhoria das funções da cidade e do desenho urbano, mediante o estabelecimento de programas que ampliem a produção e a distribuição de serviços de natureza social... (PCR, 1980)

Baseiam-se na concepção de que o planejamento da cidade tem repercussões sociais significativas. Como foi salientada, a temática dominante ainda se apoia em falsas hipóteses sobre a natureza da sociedade. Uma delas é que a marginalização das populações é uma questão de serviços básicos ou de reorganização espacial.

No discurso dos programas setoriais, a população de baixa-renda é apresentada continuamente como a culpada da desorganização, da situação de carência, e que requer a de “intervenção”. Persiste o modelo funcionalista ou de integração, fundamentado na premissa do equilíbrio e que toda estrutura social supõe valores compartilhados. Presume-se que condições injustamente hostis possam ser superadas através da união e da determinação de todos.

A conceituação de comunidade expressa-se como *espaço organizado* e *consenso*. Não se trata de um conceito que expresse a realidade, mas de definição elaborada pelo órgão para oficializar e legitimar sua proposta de ação a partir dos reais interesses institucionais – *minimizar os custos sociais*. Ao promover adequado dimensionamento e distribuição dos assentamentos sub-normais, são minimizados os custos sociais da urbanização. Eleva-se, também, a capacidade da instituição para oferecer, ampliadamente os serviços básicos que são de sua competência e obrigação. Daí as intenções expressas por esses programas comunitários em termos de organização ou reorganização do espaço urbano.

Sem considerar outras dimensões como mercado de trabalho, a divisão de classes sociais, por exemplo, que determinam a qualidade de vida, esse conceito dá lugar a objetivos e ações distorcidas que agravam, ao invés de melhorar as condições que pretendem atacar:

... desenvolver projetos que menor custo possam beneficiar maior número de pessoas...Orientar uma política de profissionalização para atendimento às necessidades do mercado de trabalho... (PCR, 1980)

As ações que tais programas implementam são igualmente orientados por tal perspectiva e por diretrizes que dela emanam:

1. Consolidação das formas de assentamento criadas pela população;
2. Centralização das ações nas preferências manifestas da mesma;
3. Atendimento das necessidades da comunidade através de serviços alternativos de baixo custo, e
4. Extensão dos benefícios gerados pelo setor público ao maior número possível de pessoas da comunidade.

Multissetoriais

Embora se trate de proposta de desenvolvimento comunitário, este programa diferencia-se um pouco dos anteriores, na medida em que, ao nível da programação, se mostra mais abrangente, procurando “ações globais”, referidas às necessidades múltiplas das populações atendidas.

Baseia-se na afirmação de que as programações globais não devem ser apenas de prestação de serviços essenciais: “... isso só não basta, mas devem ser projetos e atividades que vissem à crescente participação das comunidades nos processos decisórios” (IPEA, 1981), reconhecendo o direito de participação do cidadão e a criação de oportunidades para elevação do nível de renda da população.

A semelhança de outros programas comunitários de prestação de serviços, apresenta-se como um esforço para a solução de problemas derivados do processo de urbanização acelerada que caracterizam os grandes centros urbanos.

Estas diretrizes condicionam a forma pela qual se propõem concretizar a sua política de promoção social, que busca a “... geração de oportunidades de participação dessas populações na identificação, equacionamento e desenvolvimento de ações que solucionem problemas, atualizem aspirações e potencialidades” (IPEA, 1982).

A partir desse objetivo, o programa recomenda, então, que se faça a “integração social” nas cidades através de atividades comunitárias definindo os contingentes de *baixa-renda como sua população-alvo*.

O instrumento indutor do desenvolvimento econômico e social da comunidade é o centro social que buscará promovê-lo mediante uma ação educativa embora preservando atitudes, valores e conhecimentos dos grupos engajados na programação, “... respeito à experiência de vida das populações pobres...” (IPEA, 1982).

Para atender às políticas de desconcentração espacial e ao atendimento de massa, postulados pela instituição, os centros sociais devem ser localizados em áreas periféricas de maior densidade populacional, carentes de serviços básicos e sujeitas ao processo de marginalização, isto é, sujeitas ao subemprego, a um baixo salário e, conseqüentemente, apresentando precárias condições de moradia, saúde, educação, etc... .

As comunidades às quais se destinam as programações são as grandes concentrações de contingentes humanos de baixa-renda, localizados nas periferias urbanas (IPEA, 1982). São essas agrupações sociais o ponto de partida e o foco de toda e qualquer ação a ser desencadeada justificando a tônica de prestação de serviços sociais, tardiamente concebidos como “um direito de todos”.

O conteúdo de comunidade é expresso em relação a condições objetivas da realidade social, como a presença de “vastos segmentos da população em precárias condições e vida”, reconhecendo como problemas comuns a esse estrato populacional, a passividade, a falta de comunicação, os baixos níveis de educação, a não qualificação para o trabalho, os baixos níveis sanitários e de politização. O discurso desenvolvimentista combina todas essas circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais mediante a denominação de carências próprias a esse grupo. O termo “pobre” é substituído pelo de *carente* no discurso institucional, admitindo-se implicitamente uma alteração na explicação da realidade que passa a ser considerada, também, em termos das potencialidades e dos mecanismos de

que essas populações dispõem para enfrentar ou superar os problemas indicados a responsabilidade, porém, da situação ainda é atribuída ao pobre urbano. Admite-se, porém, que o indivíduo e os grupos envolvidos no processo de marginalização têm condições e maneiras próprias de enfrentá-lo, as quais devem ser consideradas e aproveitadas pelas propostas de integração social:

... “Mesmo se encontrando nessa situação de pobreza absoluta (as populações periféricas) as relações sociais se baseiam em fortes laços de parentesco, conterraneidade, vizinhança e, por isso, apresentam valores, conhecimentos e atitudes distintos de outros grupos” (IPEA, 1982).

A constatação dessas diferenças acentuadas entre os grupos sociais são atribuídas ao contexto cultural, aos interesses partilhados numa mesma situação, à condição comum vivenciada pelo grupo, à coesão interna que as carências determinam. Isso faria dos assentamentos sub-normais uma *comunidade*, com características próprias, necessidades, interesses num quadro muito particular e diferenciado. Perde-se a noção de totalidade, passando a valorizar o que é *comum*, o *grupal em vez do coletivo*. Ao mesmo tempo, essas diferenças são situadas como condições necessárias na intervenção social: os agentes sociais, entre eles o assistente social, devem estar atentos, 1º) para o indispensável conhecimento da realidade social, onde os grupos pobres estão inseridos; 2º) para o marco político vigente, e 3º) para o respeito às organizações representativas da comunidade, pois estas são a expressão dos *interesses coletivos*.

A organização e a participação são vistas como “a fonte de legitimidade política, eficácia social e eficiência econômica” (SUDENE, 1982). São processos que se revestem de vital importância para os objetivos de integração social, e o programa procura aproveitá-los de modo a permitir a incorporação desses grupos no sistema global como um mínimo de esforço de custo.

A “ação coletiva” prevista na programação através do atendimento às necessidades básicas (educação, saúde, higiene ambiental, etc...) da população-alvo, pretende ressaltar as vantagens da comunidade funcional, agrupando as pessoas em torno de serviços comuns e diminuindo seu potencial de reivindicação. Confirma o conteúdo do conceito comunidade como um segmento da população, organizado, com uma dinâmica própria que lhe assegure a reprodução “de uma vida real e orgânica e a unidade das vontades”, no dizer de Tönnies (TÖNNIES, 1975).

O conceito é apreendido através do mito da comunidade, contraditoriamente definida, como “marginal” e como “integrada” - esse discurso, porém, é reforçado na medida em que mascara a noção de igualdade e preenche a função ideológico-política de preservação da ordem social.

Programas comunitários de mobilização popular

A partir de 79, nota-se um incremento significativo dos programas comunitários na área oficial. Nesse propósito se en-

gaja o Minter, ao criar uma comissão para estudar e propor um programa de ação comunitária (Port. 369 de 15.08.79) cujas conclusões vão constituir as diretrizes básicas do governo para uma política nacional de Desenvolvimento de Comunidade e as estratégias de implementação (Port. 491 de 10.12.79).

Dentre as diretrizes propostas, ressalta-se aquela que recomenda “desenvolver uma ação sócio-educativa junto à população através das formas de organização já existentes, e, ao mesmo tempo, propiciar condições para auto-organização das populações na constituição de seus próprios instrumentos de participação” (MINTER, 1979).

Além de órgãos vinculados àquele ministério, como o Rondon, o Polonordeste, etc... as universidades também são incentivadas a estabelecer programas com características reformistas buscando respostas mais eficazes às necessidades da população.

Não é por acaso que as questões que orientam esse trabalho se impõem. Concretamente, a partir desse período, os órgãos oficiais enfrentam as reivindicações estudantis em particular das universidades que buscam “um ensino voltado para a realidade”, na medida em que ganhou expressividade a liderança estudantil no meio universitário.

Nesse período também se faz a denúncia de necessidades fundamentais nessa área, relacionadas à dinâmica da participação dos universitários e da população no processo social e a sua íntima identidade com um desenvolvimento dependente.

Buscam-se inovações e transformações substantivas nos currículos, nas estratégias pedagógicas etc... que resultam em última análise, na expansão do espaço político – ideológico de atuação.

Por outro lado, constata-se nos centros urbanos uma grande massa carente de assistência médica, de instrução, de qualificação profissional. No planejamento, a politização da vida social torna-se prioridade do governo frente à expansão e aprofundamento das expectativas pelos grupos dominados. As reivindicações desses grupos têm de ser incorporados à iniciativa oficial, seja através da prestação de serviços, seja através, da reorientação do discurso institucional, de uma ou de outra forma, para reduzir os conflitos que ameaçam o *status quo* vigente.

Com o apoio da Universidade, o governo passa, então, a gerir projetos específicos, que se apresentam como mecanismos de articulação dos movimentos emergentes com as estruturas do poder constituído.

Entre estes se incluem o Programa de Integração Docente-Assistencial, patrocinado pelo MEC, e o Projeto Rondon que, serão também objeto de análise deste estudo. Esses programas mostram-se particularmente significativos na medida em que evidenciam os determinantes político-ideológicos de sua implantação, a base conceitual que embasa as alternativas de ação – inclusive o conceito comunidade e suas dimensões contraditórias – tanto no plano do discurso (interno) como no das ações (externo).

Ambos se justificam, simultaneamente, como programas de mobilização estudantil e comunitária, evidenciando assim, uma peculiaridade que se comunica à temática discursiva: O aprendizado da participação, pelo aluno com a população e a serviço desta. Na documentação analisada, esse processo é referido em termos de resultados, enquanto possibilita a seus participantes, alunos e comunitários, uma experiência democrática junto à organização de base e contribui para que tomem consciência da realidade em que vivem.

Essa pedagogia da participação é exercida em áreas carentes, figurando as condições ambientais como um dos problemas que podem justificar a mobilização dos comunitários. E o que se depreende dos critérios estabelecidos, nos programas analisados, para escolha da área de trabalho:

- a) Precariedade de rede de serviços básicos, particularmente nos setores de saúde, educação...
- b) Concentração de assentamentos sub-normais, constituídos por famílias de baixa-renda.

Estes são problemas que ameaçam a integração social e, por isso mesmo, devem ser resolvidos de forma coletiva e organizada.

Constitui-se comunidade-cliente aquela “carente de infraestrutura urbana, de qualificação profissional, com taxas elevadas de morbi-mortalidade, na periferia urbana do Recife” (UFPE, 1980). Explicitamente generalizam indicadores de qualidade de vida associados à pobreza, à exclusão sócio-política,

à marginalidade institucional. Sob tais condições, admitem, ainda, que a participação, induzida de fora para dentro, se processará com maior intensidade.

O conceito utilizado leva paradoxalmente ao obscurecimento da real estrutura sócio-econômica e das relações de poder que se desenvolvem nesses agrupamentos. Consequentemente, a noção de participação consiste na adesão e legitimação de decisões previamente tomadas.

Carência ou estado de pobreza constituem elementos que representam a aparência ou uma ideia sobre o real, mas não a essência do conceito *comunidade*.

Prevalece uma concepção de “estado ideal” que se elege como alvo a atingir, à revelia da noção de movimento ou da dinâmica das relações sociais. É o que se observa, por exemplo, na proposta de integração que esses programas reafirmam ao salientar: “há uma procura de identidade dos estratos mais baixos com os médios, via assimilação de valores, conduta, consumo de bens e serviços” (FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, 1982).

O parâmetro de normalidade é definido com base em valores, hábitos e atitudes de outros grupos. A comunidade é representada, então, como a ausência dos padrões desejáveis, ou seja, daqueles padrões reconhecidos nos grupos “socialmente integrados”. Orienta-se por um “modelo de normalidade” canalizando a atenção da população para serviços e promoções que a aproximam ou representam o acesso a um estilo de vida que é predominante nas camadas consideradas médias.

Contraditoriamente, admitem a *estratificação social*, “comunidade é o substrato sobre o qual a instituição deverá desenvolver suas duas funções: formação de recursos humanos e investigação” (UFPE, 1980) e, lutam contra as diferenças, mas em termos de ascensão e de promoção social, ignorando os fundamentos das desigualdades e dos antagonismos estruturais. A referência se limita a constatações de ordem valorativa, a expressões de cultura sem vincular o modo de vida à apropriação e uso dos meios de produção.

Essa concepção político ideológica que informa os programas oficiais se apoia no pressuposto da unidade de propósitos e do consenso que favorecem a ação organizada, o esforço comum desses aglomerados sub-normais, para “mudar”, ou seja, para identificar-se com o estrato superior da estrutura social.

Assim, a comunidade é caracterizada como: “um determinado espaço físico-geográfico habitado por um aglomerado populacional com objetivos comuns, com unidade de propósitos, em situação de consenso e integração” (FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, 1982).

Constata-se, mais uma vez, uma definição ideal, pois é impossível essa “unidade de propósitos” num aglomerado humano internamente estratificado, de uma sociedade de classe. Tanto assim que o diagnóstico das áreas trabalhadas, reconhece: “o que há de comum (na área) são condições de vida, interesses divergentes, choques de poder, contradições e conflitos”

(FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, 1982), a reproduzir as relações e os processos de sociedade.

Vê-se que as contradições internas são reconhecidas ao nível de discurso, relacionadas às características de uma formação social capitalista. Mas o conteúdo orientador para a prática se reveste de outras características: tradição, interesses, consciência, sentido de pertinência, valores comuns. São os componentes salientados quando a comunidade é vista como unidade de intervenção.

Nos projetos, a percepção do real é substituída por uma “concepção operacional e realística”, como salienta o programa chamando a atenção para a estrutura da comunidade:

... “o espaço onde as relações sociais se estabelecem... uma população que habita (esse espaço) e que por conviver permanentemente, desenvolve ou se propõe a desenvolver algumas ações em comum” (FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, 1982).

Admitem, assim, o que é desejável. Reconhecem que a população pode adquirir através da interação a unidade de objetivos e de ações, e, desse modo, se tornar comunidade. Salientam a exigência de homogeneidade quando representam a comunidade e como um grupo com identidade de interesses. Esquecem, todavia, que quaisquer grupos humanos, aglomerados numa dada área física e numa sociedade, eminentemente capitalista e competitiva, não apresentam, qualquer hipótese, consciência, valores e tradição comuns. Ao contrário, esses grupos se colocam em posições marcadas pelo individualismo

na luta pela sobrevivência e pelo poder, com interesses pessoais imediatos. “... A concorrência isola os indivíduos um dos outros, não apenas os burgueses, mas, mais ainda, os proletários, apesar de aglutiná-los” (MARX e ENGELS, 1977) geograficamente.

Dentro daquele pensamento, buscam a interação e unidade na comunidade, através de toda uma estratégia de aproximação da população e dos agentes sociais preconizada desde a “definição de objetivos com a comunidade, à formação de grupos de discussões de problemas comunitários” até a “criação de canais de comunicação junto às autoridades”.

A *mobilização popular* referida apresenta-se com o recurso institucional encontrado para suprir a carência de participação da comunidade. Nesse enfoque, a ação comunitária é proposta em termos de uma “pedagogia da participação” definida como “um processo sócio-educativo de construção de conhecimento da realidade, baseado na troca de saberes e experiências entre agentes técnicos e agentes sociais” (UFPE, 1980), nisso consistindo o coletivo.

Tal ação educativa se processa segundo uma metodologia fundamentada na reflexão-ação e desenvolvida junto às populações - logicamente, populações carentes - com o propósito de organização/participação: “... Promover a participação direta do estudante em ações comunitárias, melhorar a qualidade de vida da população do bairro e interagir as ações da instituição à política educacional”...

... “emergência de um conhecimento mais real e profundo sobre a realidade social, com vistas à participação da população no processo de construção e transformação dessa realidade”... “organização das populações com base em suas necessidades e interesses”... “integração institucional, a elevação do nível de renda e qualidade de vida dessas populações” (UFPE, 1982).

O discurso institucional acena com o pré-requisito da participação no processo de transformação da realidade social. No conjunto das proposições o processo se baseia na consolidação e identidade das relações que se estabelecem entre as pessoas e os grupos. Tal identidade decorreriam da aproximação ditada pela convivência no cotidiano. A proposta de mobilização emerge da necessidade de aproximar a população dos objetivos institucionais ou de restabelecer sua autoconfiança sob a pressão de situações excepcionais que ocorrem na esfera reprodutiva e que não admitem solução isolada. Cabe indagar, porém se e como pode desenvolver-se uma ação coletiva através dessa estratégia?

Observa-se que, por um lado, os programas comunitários possibilitam que seus agentes tomem consciência da própria força e do caráter de classe do Estado, mas, por outro lado, esses programas também podem desenvolver uma “falsa” consciência na medida em que os agentes se subordinam a interesses externos, perdendo de vista as necessidades básicas de seu grupo.

Como foi salientado, a consciência social exprime e constitui as relações sociais. Somente se completa quando as

pessoas se compreendem a si mesmas e reciprocamente; quando se reconhecem na situação de antagonismo em relação à outra classe, explicando as determinações que acompanham sua existência social.

Nos programas analisados a mobilização é proposta “de fora”, insinuando a coesão e a identidade, apesar da relação de dependência com o Estado. Embora possa servir de base a algumas manifestações de organização, em áreas carentes, pela agregação de certos grupos, não caracteriza, na verdade, ação coletiva. As manifestações iniciais centradas na solução de problemas comuns, como a luta por serviços urbanos, por exemplo, carecem de consolidação e, logo a população se volta aos problemas que constituem objetivos imediatos, na área do consumo individual. Num dos relatórios desses programas assinala-se que a ação comunitária se desenvolve com muitas dificuldades, acrescentando-se que “a população só deseja mesmo a prestação de serviços de saúde” e que os serviços funcionem: “os grupos são considerados pouco assíduos e alguns deles se desagregaram, passando a desenvolver a mesma atividade(teatro), mas desvinculados do programa... mas a demanda dos serviços do ambulatório continua bastante elevada. Observa-se que a procura é maior entre as populações mais pobres”.

Faz-se evidente a heterogeneidade dos interesses da população, e, ainda, dos interesses individuais; observam-se, então, lutas de facções e, também, o desgaste da “credibilidade” do programa, nos seus esforços de mobilização popular. A organização declina. Só uma outra necessidade que venha a ser

detectada pelos dirigentes poderá renovar o interesse da população que foi mobilizada “para” realizar alguma coisa, sim, mas não se determinou pela consciência.

O conceito de comunidade e a ideologia da dominação

Não é difícil constatar que, nos programas analisados, persistem definições equívocas de comunidade, além da divergência de conteúdo quase sempre expresso em termos contraditórios.

Verifica-se no próprio expressar (dos conteúdos) que se trata mais de *juízos*, formados a partir da observância da aparência da realidade ou mesmo de definições operacionais, baseadas em critérios especificados unicamente pelo órgão patrocinador a fim de reforçar a demanda ou para minimizar “disfunções” do sistema social.

De modo geral, essas definições giram em torno de dois pólos: a) *o que é comum* ao fenômeno comunidade; b) o que se constitui *ponto de unidade* nesse fenômeno. Para alguns, o *comum* significa a existência de solidariedade, cooperação, interesses, objetivos, espírito de pertinência, identidade, parentesco, conterraneidade e vizinhança que se desenvolvem à base das relações sociais de consenso e da integração dos indivíduos e grupos. O *comum* também é representado pela localização físico-espacial das pessoas que se aglomeram na mesma área – geralmente, nas periferias urbanas das grandes cidades. Ou

ainda, pelo nível de renda que é apontado ao mesmo tempo, como responsável pelas condições de vida dessas populações. A realidade social dos “assentamentos de baixa-renda”, a carência, a “pobreza invencível” que se faz acompanhar da ausência de infraestrutura, de profissionalização, de saúde, de habitação, etc... configuram um estado de sub-normalidade, representam um “estado patológico e perigoso” para a população da cidade, ou se constituem como doença orgânica, contagiosa, em última análise determinados pela condição de marginalidade – o *comum*, segundo aquelas concepções. Ignoram-se os interesses divergentes, os choques de poder, as contradições básicas do sistema e, em seu lugar, destaca-se uma aspiração nova dirigida para a prosperidade. Essa aspiração é tomada como uma necessidade comum, essencial para a implantação de ideologia do Estado, como foi visto.

O elemento *unidade* é apresentado no sentido da existência de propósitos de ações únicas a todas as pessoas da comunidade ou conseguidas através da descoberta de interesses culturais, econômicos, políticos e sociais dos mesmos, mas transformados em *pontos de unidade*.

Segundo esse esquema, os programas comunitários se propõem à mobilização popular e à participação social. Com isso, a ideologia institucional também comprova sua capacidade de controle e dominação.

Sabe-se que a participação do homem na sociedade é determinada pela sua participação na produção, gestão e usu-

fruto dos bens produzidos nessa mesma sociedade. E que nem todos os homens participam, igualmente, na sociedade capitalista, dado a forma de sua organização social.

A proposta defendida nos planos e programas institucionais confirma as dificuldades de acesso de segmentos da população à produção, se não à gestão e ao uso dos bens, em relação a outras camadas da mesma sociedade. Dessa maneira, como entender participação “social” (da sociedade), se nem todos têm o mesmo direito de tomar parte no processo produtivo?

Com a proposta da participação nos planos e programas ficam estabelecidos o conflito e o processo competitivo inerente à organização social. E assim, como expressam o conflito, também expressam a incapacidade do governo de resolvê-lo ou controlá-lo, à medida que convoca esses segmentos mais pobres a aderirem às suas políticas e planos de desenvolvimento.

Ao enfatizar a disparidade regional, no Nordeste, onde a “pobreza” é mais aguda, o discurso institucional destaca a participação como um condicionante aos princípios de aperfeiçoamento “democrático” e à solução de problemas sociais. Com esse propósito, o Estado trabalha em cima das populações de “baixa-renda” - que não exercem controle sobre os bens produzidos - legitimando o seu poder público à medida que engorda o processo de adesão aos programas por ele patrocinados.

Nessa ótica, a participação nas políticas e planos institucionais se restringe à mera adesão “dos segmentos pobres” à política, numa perspectiva de “envolvimento” e de participação

distributiva, que se caracteriza como excludente, não social, não decisória e de caráter eminentemente técnico, ou seja, de implementação de políticas.

Participação é empregada, assim, como sinônimo de integração, processo através do qual as relações com o ambiente se realizam de tal forma que as propriedades distintivas internas e os limites do sistema se mantêm, apesar da variação da situação externa. Trata-se de uma noção fundamentada na manutenção do equilíbrio dos sistemas sociais, conforme proposta no quadro parsoniano: “uma função primária do subsistema da comunidade societária, indispensável à ordem tanto quanto à harmonia e a coordenação” (PARSONS, 1974).

A integração dos segmentos populares, necessária para amortizar as contradições do sistema e para legitimar o poder do Estado, se faz através dos serviços sociais prestados pelos programas a esses segmentos menos favorecidos sob a ideologia do coletivo e de uma falsa participação decisória no desenvolvimento global.

Esses serviços, tidos como “coletivos”, até certo ponto, representam uma concessão que ultrapassa aquilo a que o cidadão tem direito. Na verdade, os serviços de natureza coletiva se destinam “àqueles que participam do produto social por intermédio de cessão de seu trabalho já que não dispõem do capital nem da propriedade da terra” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982). Trata-se de uma devolução duplamente limitada à classe trabalhadora de parcela do produto por ela criado, mas não apropriado e sob uma nova forma – serviços.

Reconhecidos, implicitamente, no discurso oficial estão, portanto, a permeiar o conteúdo sobre comunidade, a *cidadania* e o *direito de participação*. Nos programas comunitários voltados para a prestação de serviços, o interrelacionamento dessas noções (de participação e de cidadania) e sua articulação cooperam para manter a ordem e preservar a integração do sistema social.

Ao mesmo tempo em que a organização social se caracteriza por um sistema de classe em desigualdade, a legislação social defende “a igualdade de todos perante a lei”, com direitos e deveres derivados da condição de cidadãos.

Através do discurso institucional o Estado procura absorver essa contradição, distribuindo “direitos sociais” em forma de “benefícios sociais”, especialmente, destinados a grupos considerados marginais, via programas comunitários. Ao fazê-lo, porém, não só assume, mas reforça aquelas contradições: todos os segmentos de sociedade a que as instituições estendem o seu amparo só o recebem na ótica de um modo de vida dado pelo capital. No fundo, o conceito de comunidade construído sobre as dimensões da pobreza serve a uma concepção desenvolvimentista em que o econômico é ativado no plano das decisões políticas.

As representações do assistente social sobre o conceito de comunidade: a objetivação de seu conteúdo

Inicialmente, cabe uma explicitação, ainda que sintética, sobre a nossa compreensão do que seja e em que consiste a prática, uma vez que constituirá a base orientadora da análise aqui desenvolvida.

É o conhecimento (pensamento e ação) a finalidade sócio-histórica do homem. Surge e se desenvolve quando ele (o homem) apreende e atua no mundo objetivo, que consiste num todo coerente, onde os fenômenos estão ligados entre si e se condicionam mutuamente (totalidade concreta). O homem apreende e atua nesse mundo objetivo porque é um ser pensante, de ação, de consciência, que pensa a realidade e age sobre essa mesma realidade para satisfação de suas necessidades sociais. Nesse agir-pensando, no trabalho, o homem marca a sua presença no mundo como ser racional que é; objetiva-se. E a sua presença no mundo se configura na relação que estabelece entre si e sua própria natureza, e a natureza exterior a ele, ou seja, a realidade objetiva. Nessa relação satisfaz e cria necessidades sociais que se constituem em produtos de consciência (liberdade, transcendência), mas se exprimem, em verdade, na própria necessidade de intercomunicação com os outros homens e com o mundo.

Através do trabalho, ele modifica sua natureza e desenvolve suas faculdades. Assim, o homem se define não somente por si mesmo, mas, também, por sua ação de chegar-se à realidade. Nessa atividade de pensar a realidade compreende e compreende-se, criando o conhecimento. Essa criação deve voltar-se para o real, tornar-se energia prática, transformadora da sociedade caracterizada pela desigualdade e pelo conflito social.

É na prática, portanto, que o indivíduo não somente transforma objetos e fenômenos, mas se transforma, adquirindo novas experiências e desenvolvendo o processo de conhecimento.

A realidade – o mundo objetivo – e a vivência prática que o indivíduo tem sobre ela, dão-lhe os elementos essenciais para o desenvolvimento desse processo, da busca da verdade objetiva - reflexo da realidade objetiva na consciência do homem, através de representações e conceitos.

Nesse sentido, a prática é considerada processo de análise, instrumento de ação e, principalmente, critério de verdade e finalidade do conhecimento.

A prática não é, portanto, apenas meio de ligação entre o homem e o mundo objetivo; nela se dá o próprio processo de conhecimento, enquanto reflete criativamente a realidade e a verdade objetivas. É pela prática que o homem constitui os conceitos e os modifica.

Esse processo, bem como as relações que o homem estabelece em busca da verdade, se expressam na linguagem, no discurso que se apresenta, assim, como meio de existência e de funcionamento do próprio conhecimento. Daí, porque este estudo se apoia no discurso produzido, seja pela literatura do Serviço Social, seja pela instituição (para compreensão do contexto orientador no qual o profissional desenvolve o seu trabalho), ou ainda e, principalmente, no discurso do assistente social sobre “o fazer” de sua prática social. Através desse discurso, é possível reconstituir as atividades específicas que esses profissionais desenvolvem com a intenção de contribuir para a “transformação da natureza e da sociedade” e, desse modo, penetrar no conhecimento produzido.

Começamos pela indagação: *o que é comunidade para os assistentes sociais?*

Para apreender esse conceito na prática, através do discurso, é preciso visualizá-la em sua totalidade - que não é a simples soma de diversas partes, mas, soma que transcende o todo uma vez que esses elementos, dialeticamente interligados, criam novos elementos que ultrapassam esse somatório.

Se a realidade é concreta, histórica, construída cotidianamente pelos homens em suas relações de produção e de trabalho, essa totalização deve envolver “os atos”, “as paixões”, o “trabalho” e a “carência”, tanto quanto as categorias econômicas. Deve recolocar o agente ou o acontecimento no conjunto

histórico, definí-lo em relação à orientação do devir e determinar o sentido do presente enquanto tal (SARTRE, 1978).

Além da descrição fenomenológica – da observação dos fatos econômicos, sociais e políticos – há que caminhar, historicamente, definindo-se as etapas constituintes do fenômeno estudado com a ótica do momento inicial e encaminhar a análise para um momento progressivo-sintético. Em outras palavras, vai-se do presente pra o passado, visando apreender a complexidade do fenômeno.

Que elementos cabem assinalar, então, no discurso do assistente social para que estudemos o conceito de comunidade?

Parece-nos que se ao fazemos a partir da noção de prática, e do trabalho comunitário, enquanto prática social, o primeiro elemento a recair na ótica dessa análise é o *objeto a ser transformado* nessa prática, segundo a perspectiva que orienta a percepção e interpretação dos fenômenos sociais. Em segundo lugar, a *intencionalidade*, ou seja, a razão pela qual esse objetivo é apreendido pelo sujeito. Define-se pelos objetivos que o assistente social pretende alcançar, na relação que estabelece com os fenômenos sociais, objetos de sua ação, de conhecimento e de intervenção. E, finalmente, as *ações desenvolvidas* por esses profissionais para alcançarem os objetivos pretendidos, transformando o objetivo.

Até certo ponto, esses elementos também foram abordados nos capítulos anteriores.

O objeto de conhecimento a ser transformado

No contexto observado, as perspectivas dos assistentes sociais acerca do objeto de intervenção recaem sempre numa *problemática*, entendida como um conjunto de necessidades a serem atendidas ou uma série de problemas a serem transpostos, com o apoio do saber técnico.

Constata-se, porém, que ao representar a situação como tal, os profissionais se apresentam duplamente referenciados, ou seja, situados, entre a racionalidade institucional e um certo racionalismo acadêmico. Limitam-se a *reconhecer* situações que, em última análise, lhes escondem o objeto a conhecer e a transformar.

É possível identificar, no discurso do assistente social, a existência de três conjuntos de necessidades ou perspectivas que se colocam em relação ao objeto.

Necessidades relacionadas ao equipamento social

Nessa perspectiva, aparece a *ausência de serviços básicos*, considerada em relação a necessidades pré-definidas (ver Capítulo 2), onde prevalecem aquelas relacionadas à educação e à saúde:

... “ausência de serviços de saúde, educação, alimentação”...

... “ausência dos serviços básicos, educação, saúde (saneamento, alimentação)”...

... “ausência de serviços sociais básicos, educação, alimentação, saúde-saneamento”...

Segundo o assistente social, o indivíduo ao chegar à cidade perde a noção de “comunidade” (como integração social), pois se vê em meio a “tensões dos grandes aglomerados urbanos” e, por isso mesmo, está propenso à marginalização. O programa da instituição – expressão do conteúdo da ideologia do Estado Capitalista – adianta-se ao surgimento ou agravamento de tensões sociais provenientes da própria organização social. E, nesse sentido, desenvolve atividades na área da educação informal (“cursos de corte e costura, datilografia, confeitaria, ginástica”) ou implementa as ações na área de saúde (“serviços médicos, odontológicos, complementação alimentar,” etc). ao mesmo tempo forçoso é reconhecer que, em nome de uma “vocação democrática” ou de uma estado de bem-estar, a instituição privatiza a prestação de serviços considerados básicos, que passam, então, a representar uma mercadoria, devendo gerar lucros para o sistema, embora com grande prejuízo para a população.

Ao identificar-se com o objeto indicado pela instituição, o assistente social esconde a contradição básica do sistema - a desigualdade entre os direitos de cidadão e a situação de classe. E, ainda, setorializa a realidade, à medida em que centraliza suas ações em determinados setores sociais, como: saúde, educação, contribuindo para que os indivíduos percam de vista a realidade como totalidade contraditória. Mitifica a realidade como harmônica e solidária na perspectiva da unidade – integração. Por outro lado, constata-se que a partir dessa definição

da situação-objeto, o assistente social tende a definir comunidade, coerentemente, como:

“os usuários dos serviços prestados”...

“Pessoas que partilham da mesma situação”...

que se aproximam em função de um bem comum, entendido como a satisfação da necessidade de todos.

... “Eu considero lá uma comunidade porque as pessoas estão juntas numa mesma situação, lutando pelo mesmo ideal”...

“O relacionamento é altamente solidário, onde não existe muito a vida privada, devido à proximidade das casas”...

Ainda na perspectiva das necessidades relacionadas o equipamento social, aparece como problemática a *infraestrutura urbana*, onde se incluem “higiene e saneamento ambiental, transporte, escadarias, restauração de pontes, arborização”, colocados pelo assistente social como “necessidades de uma determinada área” (isto é, “carente”, “periférica”, onde predominam os grupos de baixa-renda, etc...)

Os problemas considerados como objeto de transformação são assim indicados:

“As praças sujas e mal conservadas, sem arborização”...

“Ausência de infraestrutura urbana, melhorias dos espaços vazios, urbanização”...

A preocupação se fixa na organização espacial como condição de funcionamento social. De algum modo, refere-se ao coletivo, mas, em contraposição ao individual.

“Não se trata de melhorias para as casas deles, mas, há necessidades de beneficiar a área com a construção de escadarias, restauração da ponte, saneamento, instalação de um posto médico e de escolas para a população”.

Nessa perspectiva, a noção de comunidade se assenta na organização do meio, no aparato físico-institucional. Atende-se ao que não existe ou ao que funciona mal, admite-se o aproveitamento adequado dos recursos existentes, e até da mão de obra das próprias pessoas e grupos da localidade. Ao mesmo tempo, enfatiza-se a utilização adequada desses recursos. Cuida-se de adequar, ou de aperfeiçoar os recursos existentes.

“É preciso aproveitar os grupos de vizinhos, associação de moradores, etc, mesmo em conflito, em termos de liderança”...

Trata-se de preservar um tipo ideal de comunidade em que a solidariedade e a ajuda mútua são reforçados a partir da convivência duradoura num determinado ambiente e onde pessoas e grupos usufruem dos mesmos serviços e participam das mesmas instituições. A integração se processa através do uso comum dos serviços existentes na área. Desse ponto de vista, a comunidade se assentaria na estrutura física enquanto oportunidade de vida em comum, de relações partilhadas. Em última análise, essa estrutura daria lugar a um sentimento de pertença (“ser parte de”) que diz respeito não só à vinculação das pessoas à área onde vivem, mas se comunica aos valores e às relações que estabelecem com a vizinhança.

“Comunidade é um agrupamento de pessoas vivendo dia e noite, anos e mais anos num lugar só, num grau de amizade, cooperação, vizinhança excelentes, pois têm que usar os mesmos transportes, igreja, comércio, posto de gasolina e saúde onde os interesses são mais ou menos os mesmos... É um espaço geográfico, um sistema de abastecimento e de serviços”...

Ou ainda:

“Comunidade é aquela onde se procuram pontos comuns”.

Prevalece como dimensão estrutural a oferta de serviços através de programas institucionais.

Ora, “A educação, saúde, saneamento, nutrição, alimentação, habitação, transporte, serviços urbanos e assistência social são reconhecidamente problemas de responsabilidade do poder público” (JUNQUEIRA, 1981) e não “pontos comuns” que fazem com que um aglomerado de pessoas se constitua em uma comunidade. Já foi salientado que o Estado, através de suas instituições, se apresenta como o gerente das ações sociais, das quais obtém a necessária sustentação de sua hegemonia. Ao eleger esse equipamento social como núcleo da interação e determinante de interesses e ações comuns, procura-se comunicar ou inculcar uma noção de comunidade com aparência de igualdade social, na defesa da ordem social interna. Sabe-se, porém, que as ações orientadas nesse sentido, geralmente, visam interesses objetivos antagônicos aos das pessoas e grupos, embora apresentados através de uma aparência de interesses comuns. Na verdade, em nome dessa noção de comunidade,

as instituições repassam à população a responsabilidade das falhas ou insuficiências dos serviços existentes que, de direito, competem ou recaem sob a responsabilidade do Estado. A exigência de “pontos comuns” serviços partilhados como requisito de integração e organização social, ou ainda, de *comunidade* implica, ainda uma vez, o mascaramento das relações sociais e do processo contraditório em que as mesmas se estabelecem.

A delimitação da situação-objeto nesses termos, pelo assistente social, expressa uma relação próxima do profissional com os objetivos da instituição que patrocina o projeto em que atua, ou seja, “de oferecimento dos serviços de infraestrutura urbana e minimização dos custos sociais” (Capítulo 3, p.72).

Enquanto agente mobilizador da população para a participação no programa constata-se a mediação do assistente social.

“... Agora nós temos uma “proposta de limpeza urbana, elaborada com a participação da comunidade, inclusive com mão de obra recrutada na própria área”... já temos uma proposta de comunidade para instalação de fossas... todos colaboram nas atividades...”

Não é difícil constatar, porém, que é a ideologia da modernização e do desenvolvimento econômico que está por trás das ações nesta direção. Mais do que, propriamente, a realidade concreta enquanto objeto a transformar.

Necessidades específicas, relacionadas ao comportamento e à integração de grupos sociais

Observa-se que em determinados programas suscitados pelas demandas sociais, a situação também é definida pelo assistente social em termos de *carência – de saber, de preparo para a vida social, de organização*. Em correspondência a esse objeto, assim justificam os entrevistados o trabalho desenvolvido na área.

“A população é despreparada para morar em unidades plurifamiliares (coletivas)”... A clientela ainda não tem condições para aceitação de condomínio e do regulamento interno “... A população está desmobilizada e quase não reivindica os serviços de que precisa”...

Aparecem, ainda, como situações que justificam a ação do profissional:

“As reações e conflitos no grupo”... desorganização dos moradores”...

mais a nível de comportamentos diferentes ou excepcionais.

O objeto de transformação na ação a ser desenvolvida recai na ausência de comportamentos esperados que nem sempre são definidos em função da realidade como se apresenta, mas, em função de diretrizes corretivas da intervenção institucional (Estatal), como reposta a resultados não previstos, na efetivação de alguns programas. É o que acontece, por exemplo, em relação ao setor de habitação.

A implantação de conjuntos habitacionais em lugares distantes, a remoção de favelados para centros distantes do local de trabalho, desencadeia um comportamento de rejeição ou de inadimplência que é preciso controlar.

O trabalho comunitário é implementado, então, no sentido de corrigir distorções ou instalar os comportamentos considerados favoráveis à continuidade do programa. Comportamentos que atendam, enfim, à integração social.

Perde-se de vista a comunidade, limitando-se a referí-la, unicamente como algo exterior e diferente do normal, e que, por causa disso mesmo, passa a ser conhecida em função da carência ou do comportamento desviante.

Essa perspectiva do objeto remete a uma definição de comunidade implícita, em termos de convergência de interesses, coesão, cooperação, ajuda mútua.

“Existe uma coesão, um fechamento. Em cada alto desses (os grupos) tem um mecanismo de defesa em relação aos outros...” Estão muito irmanados nesse sentido de pessoas estranhas “... em termos de comunidade mesmo, de ajuda mútua, eu não vejo isso, talvez pelo fato de ser uma comunidade carente”.

A temática dominante no discurso dos assistentes sociais que se colocam nessa perspectiva é enunciada segundo proposições de integração ou de “harmonia” e “coesão social”, em última análise garantidas pelo consentimento ativo (cooptado) ou mesmo ausente (submisso) da população.

No caso dos programas comunitários mais voltados para prestação de serviços são salientadas com situação de intervenção, a “reduzida frequência às atividades oferecidas” ou a aparente “indisciplina de grupos que reclamam ou entram em conflito com as lideranças”, ameaçando, talvez, a ordem constituída.

...”De vez em quando surgem novos líderes e há sempre um choque de lideranças e ficam nesse conflito”...

A *norma* revela-se, portanto, instrumento de direção, em nome da qual se atua junto à população e dela se procura o acordo, o consenso. Na verdade, legitimam-se como objeto de transformação os *conflitos sociais* que poderiam emergir de relações não controladas. A contenção desses conflitos tomada abstratamente como “bem-estar” é também uma exigência das instituições que representam as classes dominantes. Comunidade é entendida nesse caso, como uma realidade abstrata em que se nega a validade de qualquer saber não coerente com a racionalidade institucional ou em conformidade às normas e aos valores da sociedade.

Nos programas orientados à mobilização popular constata-se que os discursos do assistente social é inibidor desse efeitos políticos, mesmo porque sua prática se justifica através do processo de participação e dos movimentos sociais que se constituem expressão dessa participação. Ao mesmo tempo, porém, que se coloca nessa perspectiva, os assistentes sociais se concentram na “organização” das ações populares, assumindo

o papel de estruturar e definir “a melhor forma de expressar reivindicações” ou “os meios mais eficazes para mudar a situação”.

O objeto continua sendo a “inadequação do comportamento”, a “carência” de um saber, relações não organizadas, portanto. As representações de comunidade se mostram basicamente indiferenciadas, num ou noutro grupo de programas, quando prevalece o componente comportamental na relação com o objeto. Em ambas as situações, a comunidade excluiria interesses ou manifestações concorrentes, oposições ou contradições, supondo a integração como condição de desenvolvimento. O trabalho comunitário seria o suporte necessário a esse equilíbrio.

A situação de pobreza e a qualidade de vida

Embora não se encontrem referências ao processo de acumulação do capital e às condições de exploração do trabalho nas entrevistas realizadas, um grupo significativo de assistentes sociais mostra-se preocupado em sua prática com as consequências desse processo, ou seja, com a *situação de pobreza*.

A temática é própria dos que atuam em programas de urbanismo e de habitação mais orientados à questão ambiental. Essa concepção do objeto parece bem explícita no discurso:

“O critério (para implantação dos programas) é tratar-se de *áreas sub-normais*, aquelas *sem posse de terra*, onde as pessoas estão à margem de tudo”... “o que justifica o trabalho é a *situação de pobreza* dos moradores da área”...

“O plano se propõe à cobertura de 80% da população. Os outros são considerados privilegiados. Isto aqui, porém, é uma comunidade.” população subempregada, sem renda suficiente para viver. Todo mundo está na mesma situação “...

Ao expressar a “situação de pobreza” enquanto objeto de transformação, aquele discurso deixa evidente que se trata de um conjunto de pessoas excluídas do sistema de trabalho, do sistema social, enfim, e, ainda, “sem posse de terra”, expressão de um dos pontos fundamentais do nosso sistema econômico – o valor de posse. Em acordo às propostas dos programas refere-se à população que vive de forma dissociada do processo de acumulação de capital e, assim, se configura um aglomerado como subnormal – uma distorção gerada pelo modelo econômico para reprodução do sistema.

Como ocorre em outros centros, a expansão urbana no Recife, em virtude dos baixos níveis salariais, taxa de desemprego das mais altas (9%, segundo o Jornal Nacional do dia 28/06/83) e do regime de ocupação, gerou condições de moradia extremamente comprometidas pela alta contaminação decorrente de ausência de infraestrutura básica. Ao mesmo tempo, enquanto vaga à procura de emprego, essa população vai improvisando ocupações residuais e se põe em retaguarda à espera de uma relação direta com o processo de produção.

“A sua concentração numa área limitada traz à tona problemas de fome, saúde, habitação, educação e cria condições para que os conflitos provenientes da desigualdade social atemorizem a ordem social estabelecida” (SOUZA, 1982).

Parece que os problemas sociais ligados à situação e à deterioração da qualidade de vida se constituem no objeto de intervenção, aproximando a noção de comunidade dos valores associados à elevação dos padrões de vida e à ascensão social.

“Você encontra problemas comuns em termos físicos, de infraestrutura inexistente ou precária, ausência de urbanização, mas, em primeiro lugar está a questão do emprego, depois direito a teto”...

O que justifica o programa para o assistente social e sua própria atuação:

“É o direito (do cliente) de ter uma casa, de ter água, luz, de não morar dentro da lama, do filho poder ir à escola sem pisar na lama”...

A noção de “situação comum a todos”, ou de “interesses comuns” prevalece nas representações. Agora, porém, não se trata de aspectos culturais apenas, mas é apontada uma estrutura econômico- financeira que compromete “os níveis” ou a “qualidade de vida”,

... “Lá eu acho que há uma comunidade... pois, os problemas, os interesses são os mesmos. E esses grupos representam a comunidade como um todo, denotam que tem interesses comuns, aumento da renda, capacitação profissional”...

Interessa ao programa, e parece que ao Serviço Social, a parte *doente* de um determinado contexto sócio-econômico que é julgado, porém, em relação a parâmetros a-históricos de normalidade (situação de pobreza = subnormalidade). Instrumentaliza-se o sujeito de necessidade a partir de uma concepção ideológica, não obstante o reconhecimento de determinações econômicas da realidade – síntese contraditória. O discurso do assistente social se detém, no entanto, nas manifestações dessa estrutura. As representações dominantes estão centradas em torno de categorias ligadas ao econômico: *produtividade, crescimento, promoção social* e, finalmente, participação, em geral entendida como adesão da população aos programas e planos institucionais.

A situação que se configura como objeto a transformar é a *carência*, seja de condições de trabalho, seja de salários mais compensadores, reconhecida como *carência de todos* e que os irmana numa ação coletiva. A contradição se estabelece, porém, a partir da omissão das condições sociais de produção como determinante das condições de vida da população e das desigualdades geradas por essas mesmas condições.

Evidentemente, em tais limitações explicativas há uma nítida impregnação ideológica. No interior mesmo dessa noção de carência coletiva, permanece uma concepção de comunidade como “grupo em equilíbrio” no ambiente. Concepção basicamente funcionalista que vê a “pobreza” como rutura desse equilíbrio.

Bastante ilustrativa, também é a posição que os assistentes sociais assumem a respeito do conceito de comunidade. Quase sempre se referem ao fatual, afirmando ou negando a existência de comunidade (é ou não é), caracterizando-a por esse ou aquele predicado, sem definir ou determinar o conteúdo do conceito (“em que consiste”). Também percebe-se o que a comunidade é para esses profissionais, independente de qualquer trabalho desenvolvido. É comunidade *a priori* de qualquer ação ou conhecimento.

A intencionalidade da ação

A delimitação de objetivos de uma prática profissional deverá ser sempre o resultado de uma interpretação da realidade e da constatação da necessidade de transformação de algo nessa mesma realidade. Pressupõe o pensamento e a ação.

“A realidade é a origem dos objetivos, na medida em que dá elementos e é determinante na sua definição, ao mesmo tempo que é nesta realidade que os mesmos serão concretizados” (ISI, 1973). Apresenta-se, assim, em íntima relação os objetivos e a realidade.

A compreensão, o conhecimento da realidade em que trabalha, para o assistente social, faz-se imprescindível. Impossível pensar objetivos da prática independentes da realidade, da estrutura social, em que a prática se objetiva, sob pena de não passarem do plano do teórico.

“A intenção objetivada é um elemento importante na constituição do objeto (de transformação) porquanto imprime o conteúdo da relação proposta ao objeto pelo sujeito” (LOPES, 1979).

Esses pressupostos não só justificam como dirigem a análise neste item. Não se descarta o componente ideológico na definição dos objetivos presentes no discurso do assistente social.

Evidentemente, na medida em que ele, o assistente social, é formado numa determinada área técnica, orientada par os interesses de grupos dominantes, e desenvolve sua atuação, principalmente junto às “comunidades” de “baixa renda”, em intimidade com a “carência” ou com as “necessidades coletivas”, sua atuação se apresenta contraditória. O profissional se coloca como elo entre a infra e a super-estrutura, na medida em que põe em execução as decisões e os valores imprescindíveis à realização do processo produtivo nas relações capitalistas – como construtos, organizador, persuasor permanente.

Através do discurso dos assistentes sociais, pode-se apreender, porém, a influência de sua formação técnica e ideológica na definição dos objetivos da prática junto à comunidade. As afirmativas estão centradas em torno de categorias ligadas ao discurso do Serviço Social – *organização, mobilização, conscientização, participação*, onde as *relações sociais* se constituem a matéria-prima a ser transformada, seja em termos de conflito ou de ameaça à ordem social, seja em termos de contradição ou de ameaça ao consenso social.

Observa-se que o discurso do assistente social em programas comunitários está impulsionado pela “programação de atividades” que insinua ou evidencia o atrelamento a uma política social racionalizadora e dirigida à reprodução da força de trabalho. Permanece constante ao nível da prática a mediação do técnico em projetos de características hegemônicas, racionalizadores das ações populares de modo geral, o trabalho comunitário continua muito ligado às preocupações com o bem-estar-social. A semelhança do que ocorria nas primeiras experiências de organização de comunidade (ROSS, 1964), os programas se processam através da organização de grupos funcionais que, como veremos adiante, focalizam, especialmente, “as concentrações de grandes segmentos de classes da população urbana” consideradas produtoras dos “problemas sociais” – desemprego ou Subemprego, fome, alta taxa de morbi-mortalidade, desqualificação profissional, analfabetismo, miséria, violência, marginalidade, etc...

Na programação de atividade para resolver os problemas sociais gerados, predomina, num certo grupo de programas comunitários, a prestação de serviços básicos a esses grupos “para tornar a vida viável pra todos, uma questão de direito, numa sociedade urbana industrializada” (NUNES, 1980). Noutro grupo de programas comunitários predomina a ação mobilizadora de grupos de representantes (de ruas, vizinhos, bairro, etc) da comunidade para discutirem e resolverem os “problemas da comunidade”, geralmente, identificados como ausência de algum serviço básico. Nesse caso, procuram orga-

nizar comunidades funcionais com um sentido de vizinhança, e, desse modo, provocar e manter o ajustamento dos recursos oferecidos com as necessidades de bem-estar numa dada área geográfica.

Como já visto no capítulo anterior, nesses programas se priorizam as consequências e os efeitos do modo de organização do sistema sócio-econômico, identificados nos programas analisados como “impessoalidade de centro urbano, ausência de cooperação, associação e sentimento de identidade” que assim obscurecem, para os próprios grupos com os quais os profissionais trabalham, a realidade mesma, contraditória, e a luta de classes estabelecida para manipulação e controle dos mesmos grupos. Alterações significativas ocorrem quando esses programas se propõem ao reforço das reivindicações populares e expressam a necessidade de mudanças. Trata-se, obviamente, de momentos da exceção se considera a condição mediadora atribuída àqueles programas pelos poderes públicos.

A organização de grupos como a base da comunidade

Observa-se que naqueles programas desenvolvidos em áreas de nível de vida mais elevado e que dispõem de alguns serviços sociais, as referências à organização da comunidade são ressaltadas como “meio ou condição para melhoria das condições de vida”, ou ainda, como “formas de solução para os problemas das comunidades”. Assim expressos, se configuram na “organização de recursos” ou como ponto de partida para obter maior grau de integração e de iniciativa local.

Para os assistentes sociais entrevistados, sua função específica consiste em fazer progredir a comunidade por meio de ações locais. Nesse sentido, compete “facilitar o entendimento mútuo, identificar áreas comuns de trabalho e procurar o fortalecimento do trabalho cooperativo nas mesmas”. O principal e fundamental objetivo é o desenvolvimento da capacidade da comunidade para agir como uma unidade em relação às suas necessidades, problemas e objetivos comuns. Nesse sentido, importa agrupar os subgrupos da comunidade em iniciativas cooperativistas que consideram prioritárias, a fim de assegurar uma ação em conjunto.

Ao representarem a prática, esses profissionais descrevem a formação de comissões, grupos produtivos, grupos de representantes, intergrupos ou conselhos, segundo o objetivo de ampliar ou intensificar a interação entre os grupos e promover a integração necessária à realização de ações conjuntas na comunidade.

Os objetivos que procuram e os meios que usam para chegar a estes fins têm muita coisa em comum:

“Reunir grupos de pessoas de um local, formar grupo de vizinhos... organizar no sentido de dividir o conjunto em seios subáreas, organizar grupos de representantes de rua e segundo o problema”... Formação de grupos de moradores, representantes de rua, de acordo com procura para os serviços sociais oferecidos... Formação de grupos reivindicatórios dos serviços de infraestrutura básica para o projeto em favelas”...

Dessa forma, a cooperação no grupo e/ou entre grupos é o Mandamento da prática, mesmo que a realidade evidencie a “competição acima de tudo”.

“A gente sente que há uma diferenciação entre eles... existem os ricos entre as aspas da comunidade, aqueles visivelmente, ou seja, donos de venda, pessoas com emprego definido... Os que têm as casas melhores lutam mais por terrenos maiores, os que não tinham nada, qualquer coisa estava bom, com algumas excessões... a repetição do mesmo quadro de rua de classe média de outros bairros”...

... “de um lado o grupo de mulheres que foi o que restou do trabalho social e de outro os grupos organizados e controlados pelo prefeito e pela diretoria da associação eleita pelos partidos políticos... o que existe é uma competição, uma briga pelo poder”...

... “mas se dividem muito, um grupo trabalha no sentido de que todos tenham direito, outros acham que os inquilinos não têm, uns são radicais, outros chamados de comunistas, e se fica naquela rivalidade”...

Esses processos, cooperação para solução de problemas comuns – versus competição, cooptados pelas instituições, através da prática dos assistentes sociais - na realidade se interrelacionam, pressionando os participantes dos grupos contribuírem para a consecução de metas coletivas. Existe sempre uma tentativa para as metas “coletivas” serem atingidas por meio da ação organizada ou da organização de grupos:

“Organizar o povo em função do que está faltando para melhorar a área”... “organizar a comunidade... para melhorar o nível do povo”... “estimular os moradores da área a se organizarem em grupos para descobrir formas de solução para os problemas de comunidade”...

Mas o consentimento dos participantes e, em consequência, suas relações com as metas do grupo não são discutidas. Nessa ótica, a situação grupal, *pó si mesma*, é propiciadora de ações coletivas planejadas a curto e médio alcance,

“os grupos, em si mesmos, são considerados a base de sustentação para as atividades a serem desenvolvidas (pelo programa)”...

Nessa perspectiva, a comunidade requer uma infraestrutura grupal capaz de implementar metas coletivas. Ao mesmo tempo, subentende a “formação de recursos humanos” ou a “capacitação dos participantes” através da interação e dos comportamentos grupais, sugerindo uma base de identidade sustentada pela ação em comum.

Na proposta de intervenção, é possível ressaltar, como objeto a transformar, uma situação de necessidade, seja relacionada ao equipamento social, seja ao planejamento e à integração social, ou mesmo ao comportamento social. Em qualquer caso, porém, o assistente social identifica a ação conjunta com o esforço conjugado e, daí, a preocupação com o tecido social - com o fortalecimento da rede de relações. Ou seja, do interesse menor com a intenção de contribuir para que o esforço de todos se dê no sentido de conhecer e dominar o mundo que os cerca para construção de uma consciência coletiva necessária a ações coletivas; e maior, na perspectiva de integração (no caso dos “assentamentos subnormais”) ou da organização -aproximação, agrupamento, alianças - em termos de interesses se-

melhantes e em relação a *valores fundamentais* da sociedade, sem dúvida representados nas metas institucionais. Assim, pretendem, explicitamente, *criar uma mentalidade favorável às mudanças necessárias*. Logicamente, a implementação dos próprios programas e projetos institucionais, conforme salientado no capítulo anterior.

Uma visão fenomenológica: conscientização e diálogo versus autonomia

A disposição dos indivíduos em participar dos assuntos da comunidade depende também de outros fatores, além da interação grupal, reconhecem alguns assistentes sociais, a título de justificativa para os objetos de orientação e conscientização atribuídos a seu trabalho.

Enquanto um grande contingente de entrevistados se fixa na racionalidade social (organização da comunidade), esses profissionais, às vezes engajados nos mesmos programas, se mostram mais orientados para o discurso acadêmico da autonomia, da autodeterminação ou do personalismo existencial num quadro de valores que se mostra, até certo ponto, iluminista. O discurso analisado valoriza, nesse caso, o *significado* da situação para a população. Assim, o modo de vida que não é apenas mundo natural, é sujeito à interpretação por parte do homem cotidiano. Compreensão subjetiva, a partir de “motivos em vista de”, ou seja, referidos àquilo que se pretende realizar. Compreensão objetiva, a partir de “motivos por causa de”, ou seja, referidos à ação realizada (CAPALBO, 1979).

A orientação para ação depende da reflexão e se dá como resultante de um conhecimento recebido que permite *objetivar a situação problematizada ou ver as coisas, como são na realidade*.

Em última análise, nisso consiste o objetivo de conscientização repetidamente expresso pelos assistentes sociais. O *diálogo* figura, então, como o procedimento metódico adequado que é identificado como “reflexão para ação”, mas desenvolvido quase sempre no sentido de ...

“... informar ou orientar os grupos que participam das atividades semanais acerca da proposta da instituição, em suas vantagens e desvantagens”...

Em vez de um processo que se espera vivenciado por assistente social e cliente, visando ao conhecimento da realidade social, constata-se que o diálogo se converte simplesmente no “dar informações” sobre uma proposta institucional. Ocorre a problematização da situação, é certo, mas de modo unilateral. O objetivo de conscientização transforma-se em pura retórica, dando lugar à alienação.

Sabe-se que as comunidades se conscientizam a si mesmas, a partir de sua práxis cotidiana, a partir dos projetos individuais e coletivos levados adiante. Para superar as condições que lhe são conferidas pela atual configuração da sociedade, o homem precisa questionar as estruturas que reproduzem a alienação. Mas, somente através do trabalho e da ação o homem resgata esse poder de superação e a consciência aparece como resultado, nesse processo-síntese.

Os assistentes sociais se colocam sobre a passagem do estado da “não-consciência para o da consciência da realidade” entendendo-a como mediação para um fim ou intenção. Assim se expressam a respeito da intenção de conscientizar:

“Tomar conhecimento do que é a proposta, do que representa para elas, as vantagens e desvantagens”...

“Tornar a comunidade consciente de sua realidade... Criar um nível de consciência da comunidade para se tornarem autônomas... “Conscientizar a comunidade para participar e conseguir o que ela acha que tem direito”...

E pretendem operacionalizar esse objetivo através da “discussão sobre assuntos de interesses dos grupos”. Todavia, segundo os próprios assistentes sociais,

“a realidade é vista sempre de tal modo que não fuja aos interesses da instituição em sua metodologia de ação (conforme diretrizes nacionais)”.

Infere-se que a intervenção profissional do assistente social na ação comunitária se situa no nível da intencionalidade. Esta surge, porém, ou ganha sentido a partir de diretrizes pré-estabelecidas, e não a partir de perspectivas ou intenções colocadas pelos indivíduos ou grupos na área trabalhada, *objetivando o que a clientela escolhe, corta ou recorta*.

A intervenção, logicamente, não implica o questionamento do fenômeno social, que se constitui em problemas para a comunidade. O objeto de transformação é definido como o faz o programa da instituição, ou mesmo como o assistente social o imagina. Não objetiva, portanto, nem se aproxima de um

procedimento que busca conhecer o fenômeno em essência, mas em sua aparência e, o que é pior, aparência para instituição.

A perspectiva intencional em que pretendem se colocar esses assistentes sociais não é tradicional ou funcional, mas, seu desempenho profissional o é, ao assumir neles a posição de “especialistas” ou “agentes de consciência” que pensam “entender o que existe no contexto social (a comunidade) onde intervêm e porque, entendendo vão atuar, vão ajudar e resolver os problemas” (GOUVEIA, 1982).

Além disso, pensam, ilusoriamente, que criando (ainda que isso fosse possível) um nível de consciência da realidade “comunidade”, esta se tornará consequentemente, autônoma. Essa autonomia é apontada como um resultado do processo de conscientização e entendida segundo os próprios assistentes sociais como:

... “Reivindicações de direitos (de serviços urbanos), do que dentro daqueles limites (do projeto) eles poderiam escolher para ser implantado na área... ou mesmo”, administrar os projetos (da instituição) e formular novas propostas de intervenção”...

A autonomia é reivindicada como um estado e/ou condição de inteira independência política, ou num plano restrito, como condição do indivíduo, grupo ou comunidade, decidir por si mesmo. A análise do discurso da prática evidencia, porém, que os aspectos conceituais deixam de ser confrontados ou inseridos no processo histórico em que as relações sociais são determinadas.

Um tema dominante: mobilização e participação

A intenção da participação que, em geral, aparece atrelada à de mobilização, permeia o discurso de todos os assistentes sociais entrevistados, figurando como objetivo, e ao mesmo tempo, como meio e resultado das práticas desenvolvidas.

Nem sempre são unívocas, porém, as acepções conferidas a esses termos. Assim, mobilizar significa dinamizar, movimentar ou acionar a comunidade – “dar ânimo ao povo”, “ativar a população ou diretoria de uma associação para reivindicar seus direitos” – e, também, recrutar, engajar ou promover – “mobilizar os interesses para ingressar nos cursos profissionalizantes”, “reunir os mutuários numa ação comum”, “tirar do conformismo os que estão acomodados”. Fica evidente, no entanto que a mobilização supõe um impulso ou estímulo externo, consciente, que induz indivíduos e grupos a um comportamento esperado, em uma direção desejada. Essa direção, que é representada como “coletiva ou geral”, é a apropriação de um saber, o acesso a determinados serviços ou a melhores condições de vida, ou mesmo a implantação de serviços sociais na área atendida. O estímulo é uma necessidade e um problema, diante do qual se busca a interferência da população, com vistas a atenuar, camuflar ou diluir os conflitos sociais.

Analisando mais detidamente a prática referida pelos assistentes sociais, observa-se que as ações de mobilização se articulam com a dinâmica das relações na área onde é desenvolvido o programa, com vistas a novas formas de participação

social. A interação consiste em fazer com que as pessoas e os grupos saiam do “ostracismo” em que se encontram, participem.

“A campanha de arborização pode fazer com que a comunidade como um todo participe do processo... (é preciso) incentivar a participação da população no planejamento e execução do programa.”

A consciência da necessidade de participação é uma constante observada. É reconhecido que o sucesso da programação dependerá do poder de mobilização de pressão da população. O associativismo é, assim, despertado através de formas as mais diversas (cursos, festas, campanhas, abaixo-assinados, etc.) a fim de que a participação seja assegurada e se obtenham por seu intermédio, as mudanças significativas na qualidade de vida das populações. Apesar da orientação desses objetivos para o discurso institucional, dessas mudanças serem pré-definidas pelos tecnocratas, os da administração oficial, forçoso é reconhecer que o discurso do assistente social ganha expressividade quando salienta que “os programas tendem a fracassar se não ocorrer à participação da população” (se bem meramente convidada a participar). Despertar-se para a consciência da força do trabalho em comum, o que pode constituir o embrião de uma vontade coletiva.

Nos programas analisados, e no discurso dos assistentes sociais que os executam, evidencia-se a conquista de um pequeno espaço de trabalho, quando a clientela, mesmo diminuta, se propõe a lutar pela melhoria da qualidade de vida, no

meio urbano. E esse potencial reivindicatório aumenta na medida em que o próprio Estado tende a reforçar a necessidade de associativismo e de participação, como condição fundamental para a solução dos problemas das classes populares. Veja-se, por exemplo, as diretrizes estabelecidas pelo MINTER para os programas de Desenvolvimento de Comunidade (SUDENE, 1982). Na impossibilidade de assumir os empreendimentos necessários à reprodução da força de trabalho, o Estado elabora um discurso de *igualdade social*, induzindo ou legitimando as soluções buscadas pela população para atender às suas necessidades crescentes.

Na verdade, são propostas de participação baseadas, explicitamente, numa visão simplista e dicotômica do processo social, bem como da realidade, pois lhe atribui o poder de induzir uma determinada parcela da população a superar a marginalização (KOWARICK, 1977) em que vive, via integração ao processo de desenvolvimento e não buscando as causas que a geram.

Desse modo, esses grupos ficam limitados ao acesso às instituições, como se assim fosse possível o acesso às decisões que são tomadas a nível dessas instituições – “decisões político-administrativas de implementação de programas oficiais para concretizar as políticas sociais” (KOWARICK, 1977).

O problema da não participação fica restrito aos grupos, à sua falta de motivação, organização, e conscientização, independentemente do contexto social mais amplo, do qual fazem parte, mantendo-se intocável a estrutura de classes. Nessa óti-

ca das intenções de *organização, conscientização, mobilização e participação* para transformação do objeto, enquanto conjunto de necessidades básicas, configura-se a comunidade, no discurso dos assistentes sociais como “grupo carente, marginal à sociedade”, cuja participação é limitada pelos níveis socioeconômicos em que se encontre, relativamente a outros grupos da sociedade aos quais se vincula. Recoloca-se, de outra forma, a distinção entre comunidade e sociedade. A comunidade é baseada agora na situação de anormalidade, desigualdade, marginalidade, e, no pólo oposto ou de negação da comunidade, a sociedade é configurada na situação de normalidade, estabilidade e participação. Daí a preocupação com as ações imediatas, relacionadas com a integração das populações no processo produtivo ou com o seu acesso ao sistema de serviços sociais. Como no discurso institucional ou acadêmico, os grupos devem ser mobilizados e animados para reivindicarem serviços básicos junto aos centros decisórios. Ao mesmo tempo, porém, que se atende às necessidades desses grupos, não é possível ignorar que as ações empreendidas admitem que esses grupos dispõem de um “potencial negador do sistema” (D’INCAO, 1091) capaz de ser ativado – o potencial de pressão popular.

Persiste, contudo, a relação de dominação. Trata-se de uma política de cooptação e conciliação das classes populares ou subalternas visando à manutenção da ordem.

Nessa concepção, a prática do Serviço Social se desenvolve no sentido de incentivar e de certa forma promover a

organização da população a fim de que passe a reivindicar seus interesses imediatos. Cabe ao Serviço Social, igualmente, trabalhar no sentido de assegurar que essas ações obtenham saldos positivos, ou seja, que as reivindicações sejam atendidas. As ações de encaminhamento se mostram, por isso, muito importantes nessa mediação.

As ações desenvolvidas pelos assistentes sociais

Situadas, as intenções e os objetos de transformação da prática de Serviço Social em programas comunitários, necessário se faz colocar as *ações concretas* executadas pelos assistentes sociais que desenvolvem essas práticas, objetivando tais intenções e objetos, os quais são previamente propostos para a ação desses profissionais nos planos e programas institucionais descritos e analisados no segundo capítulo.

A objetivação das intencionalidades⁴ e dos objetivos nas ações se configura como atividade de caráter cognoscitivo, real.

Esclarecemos, desse modo, que somente a partir da unidade desses dois tipos de atividade (cognoscitiva e teleológica) que se dá, se verifica a verdadeira prática.

Assim, posto, parte-se do suposto que nem toda e qualquer atividade pode ser considerada práxis. Nesta, a intencio-

4 ... que são também expressão de uma necessidade humana que só se satisfaz, atingindo-se o resultado que aquele prefigura ou antecipa.

nalidade da ação implica intervenção da consciência⁵ do agente profissional, da clientela, em ações concretas.

Verifica-se que o objeto da prática dos assistentes sociais recai sempre numa situação caracterizada por um conjunto de necessidade ou problemas de carência (de saber, preparo, organização) a serem transformados a partir da objetivação das intenções estabelecidas nos programas comunitários. Mas, indaga-se: que ação concreta é desenvolvida pelos assistentes sociais para que essas intenções se objetivem? Que concepção de comunidade resulta ou se expressa nas ações desenvolvidas, nas intenções objetivadas e nos objetos transformados?

A partir do discurso dos assistentes sociais sobre sua prática (a nível de representações, portanto) essas ações, predominantemente grupais, podem ser ordenadas em três grupos principais que não são propriamente excludentes, pois se apresentam, quase sempre, combinadas e no mesmo programa. Mas, constituem um procedimento aproximativo, para facilitar a análise dos dados apreendidos.

Admite-se que assim organizados os dados podem revelar tendências ou características da definição de comunidade, segundo as representações do coletivo, pelos assistentes sociais; ou até mesmo, facilitar o entendimento de outros elementos

5 ... “A consciência á antes de mais nada, percepção do meio sensível mais próximo e da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo. Esta consciência desenvolve-se em razão dos fatores produtivos do contexto social, aumento das necessidades e população e tem por base o modo como se organiza, as relações sociais para a produção de bens materiais”... MARX, K. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. s.n.t. mimeografado.

constitutivos do conceito, frente às determinações históricas da realidade social. E, ainda poderão refletir as relações do conceito com a realidade concreta da prática profissional.

O conteúdo e expressão dessas ações são analisadas nos quadros que se seguem. Embora se completem, é possível distinguir essas atividades quanto ao conteúdo.

Ações de esclarecimento, orientação e encaminhamento

Incluem-se nas *ações de esclarecimento* as informações aos usuários, à população em geral ou a outras instituições sobre o projeto em desenvolvimento na área, sobre as atribuições e responsabilidades dos técnicos, além da interpretação de medidas ou inovações que se façam necessárias ao prosseguimento ou consolidação das ações institucionais.

É possível definir, também, como prática de esclarecimento aquela que se realiza junto a outros técnicos, às vezes no mesmo projeto, tendo em vista a ação conjunta, pautada por objetivos comuns.

Sob certo aspecto, o “esclarecimento” se mostra associado às condições de implantação dos projetos, gestados à revelia da população; mas também deixa claro a importância da participação, seja individual, seja grupal, dos usuários e dos técnicos, a fim de que os objetivos institucionais sejam alcançados, mesmo que essa participação seja pensada em termos de adesão. Essa contradição se faz presente em todos os programas

Ações de esclarecimento, orientação e encaminhamento

AÇÕES INDICADAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS PROGRAMAS ANALISADOS				
PROGRAMAS DE MOBILIZAÇÃO POPULAR		PROGRAMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Integração Docente Assistencial	Ação Comunitária	Habitação	Urbanismo	Educação Familiar e Orientação para o Trabalho
Discussão com os grupos sobre as condições de infraestrutura urbana (barreiras, água, calçamento, lixo, escadarias, restauração de pontes). Círculos de estudo sobre temas de interesse dos grupos.	Debates sobre participação e ação comunitária. Consulta a respeito dos problemas vividos pela população e da prestação de serviços básicos. Planejamento de atividades associativas em colaboração com os comunitários. Capacitação de líderes para continuidade da experiência.	Assembleias com grupos de representantes para discussão de normas e aspectos da vida social nos conjuntos habitacionais. Investigação participante das condições de vida na área e sistematização dos dados quanto à relação de causa e efeito. Discussão com a população sobre procedimentos de eleição e aspectos da vida associativa.	Diálogo permanente com os moradores sobre interesses e necessidades. Familiarização com os problemas relativos ao trabalho. Aprofundamento do nível de percepção do grupo sobre legalização e posse da terra. Avaliações periódicas dos esforços realizados pelos grupos.	Discussão dos problemas de relacionamento e manejo de conflitos nos grupos. Palestras educativas relacionadas à educação familiar. Círculos de estudo sobre temas de interesse dos grupos. Discussão com os grupos sobre situações percebidas na área e de suas relações com o bem-estar social.

observados, nos quais essas ações de esclarecimento reproduzem o autoritarismo, embora negando sua verdadeira face.

Na qualidade de “usuária” dos programas, pede-se que a população a eles, se submeta de acordo com as normas e os requisitos institucionais, em nome da “harmonia social”. Tendo em vista seu direito de acesso aos bens e serviços oferecidos para atender às necessidades de educação, saúde, trabalho, ha-

bitação, procura-se informá-la e prepará-la “conscientemente”, guiar suas manifestações, transmitir conhecimento sobre a realidade, até mesmo do ponto de vista subjetivo, controlando suas reações e conflitos.

“Afasta-se a dúvida, adota-se um pensamento comum... ninguém pode ficar omissa”.

Essa arregimentação intelectual é completada pelas *ações de orientação* quase sempre associadas significativamente, à questão consciência. Trata-se não apenas de esclarecer, remover dúvidas, mas “sensibilizar indivíduos e grupos para o conhecimento da realidade social”. Conforme salientado, são mencionadas como atividades de orientação aquelas que “desvendam direitos e deveres”, como nos programas de habitação, “capacitam para determinadas tarefas”, inclusive para as atividades organizativas, ou ainda, “indicam formas operativas de reivindicação e mobilização”. Incluem-se, também, nesse grupo, as ações de treinamento indutivo, controle, bem como de supervisão, centradas no “como fazer”.

Para os assistentes sociais, a orientação faz parte da ação planejada nos programas comunitários, em razão mesmo do estado de consciência das populações trabalhadas. Acreditam, assim que o movimento ocorrerá na medida em que uma nova concepção de mundo, de valores, forem assumida por essa população. E, na certeza de que esse saber poder ser adquirido por seu intermédio procuram resolver a situação tomando como referência as necessidades identificadas, embora nem sempre

problematizadas com essas populações. Aparece como significativo o *fator consciência*. Mas, de certo modo, são afastadas as considerações e reflexões dos usuários acerca do processo político, e subestimando o senso comum. As ações se desenvolvem mediante reuniões e palestras educativas, consideradas como “fatores de capacitação individual e coletiva”, por viabilizarem a programação de atividades conjuntas. Igualmente importante é o apoio oferecido a movimentos incipientes na área, em termos de orientação. Por exemplo: na organização de uma campanha de arborização, o assistente social refere a necessidade de orientação “para que todos participem”; ao mesmo tempo, são programadas atividades de orientação para os grupos, aproveitando sua horas de lazer, ou ainda, junto a grupos de representantes, organizando o temário das discussões, no semestre, ou orientando e racionalizando os movimentos para legalização da terra que a associação de moradores vem liderando na área.

Nos programas de prestação de serviços, as ações de orientação assumem conteúdo comportamental: por exemplo, orientação aos pais quanto à educação de crianças problema; orientação de menores que apresentam comportamento antisocial, etc... Em relação a esses grupos, a preocupação também é centrada no saber dos participantes, numa tentativa de modificar suas representações acerca de situações específicas e facilitar o acesso ao programa em execução. O mesmo acontece em relação aos programas de mobilização popular que supõem

desenvolvimento da consciência social, de interesses comuns e da *capacidade de organização* – o que se pretende assegurar através das ações de esclarecimento, de orientação e, também, dos encaminhamentos.

As ações de encaminhamento se justificam face à setorialização dos programas institucionais e à ação fragmentária que desenvolve as entidades, aliadas à burocratização. O encaminhamento corresponde, quase sempre, a prestação de algum serviço que permite objetivar o intercâmbio institucional e resolver situações complexas ou não pertinentes ao programa ou à instituição que o patrocina. Apoia-se numa articulação contínua com programas específicos de ação comunitária ou não, revelando a preocupação original com a organização da comunidade (coordenação de serviços sociais, fichários de obras, etc).

O encaminhamento também se processa para satisfazer determinadas reivindicações ou necessidades de serviços básicos ainda não oferecidos à área ou que devem ser melhorados. Nesse caso, os grupos de vizinhos, os representantes de rua, os conselhos de moradores, são encaminhados aos órgãos oficiais, segundo a esfera de competência, onde se exercitarão no trato de interesses legítimos, enfrentando a máquina burocrática. Valoriza-se, evidentemente, o “fazer em conjunto” a partir de “interesses comuns”, em nome da participação que se identifica, então, com a interferência junto àqueles órgãos para a solução de determinados problemas.

Em última análise, o encaminhamento atende, também, a um mecanismo de ativação institucional, não só intensificado ou aperfeiçoando a prestação de um determinado serviço, mas também ampliando a clientela desse serviço, transformando em usuários aqueles que até então, não eram beneficiados pelo mesmo. Trata-se de reforço às estruturas político-administrativas, na perspectiva de “condicionar o desenvolvimento à racionalização da política social e à satisfação de necessidades, mas imediatas”, conforme refere um assistente social entrevistado. Tal satisfação nem sempre corresponde às expectativas da população e, conforme foi salientado, nem sempre soluciona seus problemas, tornando-os às vezes, mais complexos.

Ações de organização e de mobilização

Nos programas comunitários, é preciso assegurar a cooperação dos membros da comunidade: afinal, são eles os agentes do desenvolvimento local. Membros da comunidade são indivíduos, grupos, autoridades, líderes, os cidadãos em geral. Para que eles assumam a responsabilidade nesse processo, a primeira providência consiste em colocar esses agentes dentro do programa, procurar criar condições para seu comprometimento com os objetivos desse programa. Ao assumir tais características, as ações de organização supõem o equacionamento de forças e potencialidades, detecção dos recursos existentes e a reativação desses recursos no sentido das mudanças desejadas.

Essa tônica operativa dos programas comunitários, que, no dizer de Murray Ross, “dependem das comunidades locais como unidades de ação e tentam combinar a ajuda externa com a autodeterminação e o esforço local organizado e, portanto, buscam a iniciativa e a direção locais como instrumento primários de mudança” (ROSS, 1964). As ações de organização procuram viabilizar “o estudo comum dos problemas comuns... a decisão em conjunto, a execução das tarefas em cooperação”. Na opinião dos entrevistados, é nessa visão democrática que se dá a organização do grupo de vizinhos, de representantes de rua, a organização de comissões, de grupos de trabalho ou de produção, ou ainda, de grupos de atividades em que os membros aspiram à satisfação de necessidades, ao mesmo tempo, pessoais e sociais.

A maior parte do tempo do assistente social, nos programas comunitários, é empregado em lidar com o processo de interação nesses grupos e em relação ao programa.

Em termos de organização, o assistente social também se esforça para a constituição ou reativação de “grupos de líderes” ou de conselhos, comumente compostos por representantes dos usuários ou de organizações e obras sociais de área onde atuam. Supõe-se que os membros desses grupos, cada um representando os membros de seus grupos primários, tragam para unidade central o interesse de maior número de pessoas, aproximando-se a partir daí, o planejamento e a execução cada vez mais de uma metodologia participativa.

Ações de organização e mobilização

AÇÕES INDICADAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS PROGRAMAS ANALISADOS				
PROGRAMAS DE MOBILIZAÇÃO POPULAR		PROGRAMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Integração Docente Assistencial	Ação Comunitária	Habitação	Urbanismo	Educação Familiar e Orientação para o Trabalho
Reativação de grupos de representantes. Promoção de atividades recreativas e de lazer e mobilização das populações a partir das mesmas. Nucleação e organização de grupos de atividades produtivas.	Mobilização dos comunitários para colaborar em levantamentos sócio-econômicos da área. Extensão cultural e recreação como oportunidade de nucleação de grupos. Organização de grupos produtivos. Cursos de formação de pessoal para participar no programa comunitário. Mobilização da comunidade para campanhas diversas.	Abordagem direta dos moradores para obter sua participação na discussão dos projetos. Formação de grupos de vizinhos, de representantes de rua. Organização de comissões com objetivos de reivindicações específicas. Reuniões com representantes de instituições. Coordenação de campanhas. Assessoria e planejamento das atividades do Conselho de Moradores.	Articulação com os movimentos locais para implantação de melhorias ambientais. Nucleação de grupos de mães com vistas à complementação alimentar. Organização de grupo da produção e supervisão das atividades produtivas. Programação e realização de reuniões com equipes representantes de áreas.	Contatos diretos com pessoas e grupos para identificação de interesses e problemas. Formação de grupos de atividades para crianças, jovens, idosos. Promoção de cursos de educação familiar corte e costura tricô, primeiros socorros, etc. Organização de clube (Agremiação feminina). Mobilização das comunidades para campanhas nos setores de saúde, educação, melhorias urbanas.

O exame particularizado dessas práticas põe em destaque o reconhecimento de alguns aspectos que o processo mesmo legitima, como: a satisfação de necessidades imediatas, a modificação das normas individuais e sociais, através do grupo, a manutenção do controle social e a estabilização das rela-

ções “mediante a interação de valores e a solução dos conflitos nos grupos”.

Como as práticas de orientação e de encaminhamento, as de organização pretendem constituir-se um veículo real para a *ação em comum*. Na realidade, busca-se uma situação – a dos conselhos de moradores, por exemplo – em que todos se encontrem numa posição de “igualdade” e assim possam discutir e encaminhar soluções que interessem a todos. Quanto maior o número de grupos numa área, mas se ampliaria a troca de experiências e, portanto, mais representativas seriam as decisões. Acredita-se na descentralização como vetor favorável à participação. Embora sobressaia a *racionalidade* no efeito dessas práticas, vale distinguir o pressuposto em que se fundamentam: o desenvolvimento solidário que, em última análise, se identificaria com a própria sociedade ingenuamente qualificada de igualitária.

As práticas de *mobilização* se constituem recursos eficientes para que a população utilize os serviços oferecidos ou se integre à sua realidade político-administrativa. Não se confundem, porém, com as práticas de encaminhamento: servem para efetivá-las, e se apoiam ou são coadjuvantes das práticas de organização. Através dessas ações de mobilização, que alguns confundem com práticas de motivação ou de implantação de programas, dá-se verdadeiramente a dinamização do processo interventivo que se baseia na convivência grupal, mas não dispensa os contatos individuais, a realização de entrevis-

tas e outras medidas (pesquisa, inclusive) que permitam levantar subsídios para leituras e debates no decorrer das reuniões.

Os cursos profissionalizantes ou orientados para educação familiar, treinamentos específicos para pessoal auxiliar ou de voluntários engajados no projeto, além da promoção de atividades esportivas, recreação ou lazer, comemorações e festividades, realização de seminários, campanhas, etc. são referidas como “principais práticas desenvolvidas” nos projetos, tendo em vista seu potencial mobilizador. Essas atividades constituem o ponto de partida ou a condição que favorece a reunião de pequenos grupos ou podem constituir a base de um grupo permanente. As pessoas se aproximam em torno de um interesse comum, passam a se conhecer melhor e a se encontrar para uma atividade comum que lhes possibilita, assim, a troca de experiências e a discussão inevitável sobre sua realidade social.

Se tomadas isoladamente, fora do contexto do trabalho social, essas atividades pouco representam para a efetivação dos objetivos do programa. Na realidade, constituem meios para que um processo reflexivo se instale, como um primeiro passo, para o engajamento no esforço organizado que “todos devem empreender para mudar as condições de vida”.

As ações educativas (“de conscientização”)

Nessa perspectiva, importa a reflexão sobre as contradições presentes no cotidiano – o conhecimento que as pessoas possam elaborar acerca da realidade, ou seja, a *consciência*.

O exame analítico dessas práticas no discurso do assistente social mostra a importância dada a esses aspectos no trabalho comunitário. A tal ponto que ocorre uma certa “desprofissionalização” quando o assistente social não descobre “práticas de conscientização” no seu trabalho. Não basta mobilizar e organizar, é preciso “conscientizar”:

“É preciso discutir problemas comuns que, no caso, significa ausência de serviços básicos. Foram esses problemas que justificaram a escolha da área pelo programa”.

Para isso, exige-se um mínimo de homogeneidade dos grupos que se supõem vivenciarem uma situação real e com as mesmas representações. Os “problemas” constituem assim temas de discussão, através dos quais tenta-se relacioná-los em termos de causas e efeitos, na perspectiva de encontrar soluções efetivas, baseadas na explicação da realidade. Em geral, as discussões são centradas numa situação concreta (a queda de uma barreira, por exemplo, a falta de trabalho ou o aumento das prestações da casa), no intuito de analisar as contradições que lhe são inerentes e suas repercussões no cotidiano. Busca-se, através dessas discussões, uma tomada de consciência que possa levar o grupo a uma ação participativa e, como tal, organizada.

Há uma diferença em relação às práticas de orientação, conforme salientado anteriormente. Nas ações educativas, os assistentes sociais pretendem não apenas transmitir informações, esclarecer ou orientar as pessoas e os grupos a partir de

posições pré-definidas, mas examinar essas posições, referendando a validade da produção coletiva do conhecimento, respeitando a autonomia dos participantes.

Em todas as práticas há um início de ação educativa quando se produz um debate sobre a realidade da comunidade, embora a discussão se dê a nível bastante superficial, como uma semente que é jogada, mas não cultivada, sem se aprofundarem as reais causas da situação concreta existente, principalmente em relação ao contexto sócio-econômico determinante.

As limitações institucionais pressionam, porém, no sentido de cooptar a prática profissional; esta é uma das razões porque nem sempre as ações educativas ou de conscientização prevalecem nos programas comunitários.

Constata-se, porém, que geralmente a instituição pressiona o assistente social para legitimar os seus verdadeiros interesses, quando inicia uma prática educativa. Às vezes, chega mesmo a dispensá-lo ou transferi-lo da área, por algum tempo, se aqueles interesses parecem ameaçados.

Fato significativo apareceu nas entrevistas realizadas, desvendando o momento exato de cooptação da prática profissional:

“Fui pressionado a deixar de lado, ou ausentar-me das ações educativas, iniciadas com os grupos já organizados, para substituí-la por uma campanha política em função das eleições”...

Para fins deste estudo, no entanto, importante é reconhecer que essas práticas são justificadas no discurso do assistente

As ações educativas (“de conscientização”)

AÇÕES INDICADAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS PROGRAMAS ANALISADOS				
PROGRAMAS DE MOBILIZAÇÃO POPULAR		PROGRAMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Integração Docente Assistencial	Ação Comunitária	Habitação	Urbanismo	Educação Familiar e Orientação para o Trabalho
Interpretação do projeto a outras instituições. Orientação aos monitores e voluntários engajados no programa. Informações às equipes auxiliares sobre recursos comunitários a serem mobilizados. Articulação com instituições específicas ou não de ação comunitária tendo em vista uma ação conjunta. Cadastramento e articulação com os recursos existentes na área.	Informação à população sobre resultados de levantamentos sócio-econômicos e outros efetuados na área. Divulgação do projeto na área e junto a outras instituições. Encaminhamento de alunos interessados a campos de estágios. Identificação de recursos comunitários com vistas à complementação das atividades desenvolvidas na área. Encaminhamentos diversos relacionados a problemas não atendidos pelas equipes.	Informação sobre o Projeto PROMORAR à população de áreas carentes. Interpretação de atribuições e responsabilidades dos agentes técnicos. Orientação a mutuários sobre vantagens e desvantagens do SFH. Orientação e apoio aos grupos de representantes para realização de campanhas específicas. Preparação dos mutuários para ocupação de novas moradias. Assessoria a Conselhos de Moradores com vistas à organização de movimentos pró-melhoria da área. Encaminhamento dos grupos de moradores a outras instituições para reivindicação de serviços básicos.	Esclarecimento aos moradores sobre aspectos jurídico-sociais da legalização e posse da terra. Interpretação dos moradores dos serviços ofertados na área. Orientação aos funcionários estagiários e monitores com vistas à realização de palestras educativas. Encaminhamento das reivindicações dos movimentos locais aos órgãos competentes. Encaminhamento das reivindicações dos movimentos locais aos órgãos competentes.	Interpretação do trabalho comunitário às equipes técnicas e auxiliares. Informações sobre as atividades desenvolvidas pelas unidades operativas. Orientação das mães clientes da instituição sobre a educação de crianças-problema. Articulação com a Delegacia de Trabalho para fornecimento de documentação.

social. Em meio ao autoritarismo que informa os programas onde atua, o assistente social apreende uma realidade conflitante no contexto geral das relações sociais. Ao compreendê-la como uma realidade construída, reconhece que é preciso assegurar aos indivíduos e grupos o controle sobre essa realidade. E isso somente será possível na medida em que lhes é permitido conhecer e se apropriar dessa realidade.

Nessa aproximação, a visão mecanicista ou predominantemente culturalista é substituída pela constatação de uma realidade estrutural determinada. No lugar de valores compartilhados e de interesses comuns, se reconhece uma situação de classe a comandar as representações dos indivíduos, suas relações com os outros indivíduos e com a natureza. Entre os assistentes sociais que enfatizam e reforçam as ações educativas no trabalho comunitário, percebe-se o predomínio de uma concepção de realidade social com fundamento na desigualdade. Nesse grupo bastante restrito, a aproximação ao conceito de comunidade dá-se, portanto, a partir de relações por oposição.

Daí a importância conferida ao processo de conscientização e de mobilização das camadas populares. Consciência e ação coletiva organizada parecem constituir dois momentos de um mesmo processo, historicamente gerados: A Comunidade.

Considerações finais

Este estudo é apenas um primeiro passo empreendido no sentido de construção do conceito de comunidade na área do Serviço social.

Partiu-se da consideração desse conceito como suporte metodológico de ação nos programas comunitários. Tomando por base que o mesmo se objetiva na prática, num relacionamento dialético, a análise foi processada no plano teórico da literatura em Desenvolvimento de Comunidade e, também, na prática profissional dos assistentes sociais.

Na sequência do estudo, alguns pontos mostram-se significativos para a reconstrução do coletivo, no conceito.

Constatou-se que o conteúdo do conceito comunidade no Serviço Social é definido, historicamente, sob a influência da ideologia dominante e dos pressupostos teórico-metodológicos assumidos pelos intelectuais dessa área de conhecimento.

Em um primeiro plano de análise – o da literatura – foi possível perceber e ressaltar a importância fundamental do processo de conhecimento na construção do conceito comunidade. Esse processo cumpre, igualmente, uma função de reprodução ideológica, na medida em que a “verdade” é construída em um espaço histórico específico e no interesse de classes sociais específicas. Nesse ponto, é importante observar que, basi-

camente, duas tendências epistemológicas orientam ou podem ser captadas na produção teórica sobre Desenvolvimento de Comunidade, no Serviço Social:

A primeira, de orientação funcionalista – empirista, em que a noção de estrutura constitui o ponto central a definir comunidade. Nessa tendência, privilegia-se a interação, determinada não por relações sociais em oposição, mas pelo espaço físico comum. A comunidade é uma situação ideal, passível de ser alcançada mediante a cooperação, o consenso, a solidariedade de pessoas carentes, reunidas numa mesma área geográfica. A comunidade é definida, consensualmente, a partir de pontos comuns, base ecológica, pertinência, valores culturais, etc.. Apela ao coletivo, mas como sinônimo de comum. Oculta, assim, as contradições e os conflitos sociais, na medida em que o objetivo de unir a comunidade é alcançado mediante o estabelecimento de uma ordem social e moral, o consenso espontâneo e valores compartilhados acima de qualquer conflito ou diferença de interesses entre indivíduos, grupos ou classes sociais. Fica assim evidenciada a importância atribuída ao ajustamento e à integração de pessoas e grupos ao funcionamento do todo social.

A segunda tendência baseia-se em orientações histórico-estruturais, nas quais prevalece a noção de processo. Trata-se de uma abordagem progressista, podendo ser considerada um avanço teórico sobre o tema. Apoiando-se numa concepção de sociedade como totalidade contraditória, afirma o desenvolvimento de uma consciência social necessária (das desigualda-

des) como potencial transformador das relações sociais. Nessa perspectiva, comunidade é entendida como processo histórico em que os indivíduos e grupos assumem uma identidade referida ao coletivo. Tanto comunidade como o coletivo são, porém, definidos abstratamente, desviando-se o discurso dos assistentes sociais para uma mera retórica.

Tais concepções parecem acompanhar a ideologia estatal. As noções de consenso, harmonia consentida, da primeira concepção, predominam na década de 50, especialmente após a ascensão de JK. Pode-se dizer que refletem os interesses e as contradições existentes, quando o fundamental, para o Estado, é uma política de alianças entre as classes.

Os interesses em jogo não se apresentam como de classes antagônicas, mas de toda a população. E é nessa perspectiva que os programas comunitários são desenvolvidos, buscando, afinal de contas, a cooperação “espontânea” e decidida de todos.

Na década de 60, uma “consciência” nova transparece em vários estudos e se configura como conteúdo da segunda tendência epistemológica. Coincide com o surgimento de formas novas de ação das massas urbanas que começam a emergir como força política significativa no espaço político brasileiro.

Em um segundo plano de análise, constata-se que os programas comunitários também cumprem uma função de reprodução ideológica, segundo a visão hegemônica das classes dominantes, enquanto se destinam a atender expectativas da população, segundo diretrizes estabelecidas pelas instituições.

Quanto às diretrizes da ação, voltam-se prioritariamente, para a coordenação dos esforços reivindicatórios no sentido de fazer a população ascender socialmente. Assim, a condição de pobreza constitui critério de elegibilidade da clientela a ser atendida e, ao mesmo tempo, é sinônimo de marginalidade. Trata-se de integrar o “pobre urbano”, carente, culpado da sua situação de desintegração, à vida local. Defende-se, assim, o equilíbrio, acima de tudo.

A comunidade é definida por um conjunto de condições comuns de baixa-renda, num espaço físico determinado. Os problemas “comuns” somente serão resolvidos pela união de todos.

Os fatores que influem nessa homogeneidade da carência não são considerados como condição necessária para a intervenção, nem se faz referência à dinâmica das transformações sociais.

Embora haja diferenças acentuadas entre os grupos, estas são atribuídas ao contexto cultural, aos interesses partilhados numa mesma situação, à condição comum vivenciada pelos grupos. Valoriza-se, desse modo, o único, o grupal, em vez do coletivo. O coletivo é definido e/ou apresentado por uma situação de carência comum. A ação coletiva prevista reside apenas no atendimento de serviços básicos a uma parcela da população que não tem acesso aos mesmos. A mobilização constitui recurso ou estratégia de aproximação utilizada pelo Serviço Social para assegurar a participação dos grupos nesse processo.

Conclui-se, dessa forma, que os programas analisados reforçam o antagonismo estrutural existente. Ao concentrarem as pessoas em torno de serviços comuns, diminuem seu potencial de reivindicação, ocultam o processo de diferenciação social, distanciando a população do problema essencial.

No que se refere às representações dos assistentes sociais sobre sua prática, nesses programas, verificou-se que os informantes apresentam certa coerência com o discurso institucional. Não obstante, reconhecem as limitações impostas à prática profissional exercida em instituições reprodutoras do sistema; notou-se que acreditam no trabalho que realizam atendendo às diretrizes das entidades a que pertencem.

A legitimidade da ação é sustentada em nome de metas coletivas que, explicitamente, correspondem ao objeto de ação institucional.

A comunidade serão os usuários dos serviços prestados, pessoas que compartilham uma mesma situação, definida como *carência comum*. Ficou evidenciado que o pressuposto da unidade da pobreza orienta as ações profissionais para a busca da cooperação e da solidariedade, nos programas comunitários em geral. Dentro dessa concepção, porém, coexistem ações alternativas quando os assistentes sociais trabalham junto a organizações populares existentes na área, ou se aliam às reivindicações destas para garantir o êxito dos programas.

O coletivo é situado na organização das relações sociais. Daí a importância conferida pelos assistentes sociais à parti-

cipação, considerada embrião da ação coletiva. Constatou-se, porém, que percebem a situação grupal – e não as relações de classe – como propiciadora da ação coletiva e base da identidade que realimentam a própria comunidade.

Os resultados analisados evidenciam que as concepções dos assistentes sociais sobre comunidade ainda se mostram marcadas pela influência da corrente funcionalista, uma visão sistêmica. São apresentados como elementos constitutivos do conceito os valores compartilhados, os interesses comuns, a área geográfica comum. Embora o discurso de alguns assistentes sociais refira-se à comunidade como um processo historicamente determinado, aqueles elementos são questionados, mas não substituídos na prática.

As considerações remetem à relação dialética teoria/prática na construção do conceito de comunidade e, consequentemente, à significação desse processo para a implementação dos programas comunitários, em Serviço Social.

Com base nessa evidência, sugere-se:

- a) que os assistentes sociais levem em consideração a aquisição de um conhecimento profundo, objetivo -verdadeiro da realidade onde atuam, tendo o mundo real como fonte objetiva da formação e desenvolvimento dos conceitos;
- b) que se procure aproveitar as experiências comunitárias para análise do modo de representação da realidade, incorporando também o conhecimento produzido pelos setores populares, para a obtenção ou

mudança do conceito de comunidade e generalização de novas práticas;

- c) que os assistentes sociais procurem ampliar e desenvolver as análises críticas relativas aos programas comunitários estatais, procurando identificar os espaços que favorecem, especificamente, a ação coletiva;
- d) que a constatação do *Coletivo Ilusório*, nos programas comunitários, sirva de premissa teórica para novas alternativas de intervenção do Serviço Social, orientadas à transformação prática dessa realidade.

A reflexão apenas se inicia. Outras questões estão contidas no tema e, sem dúvida alguma, escapam ao alcance deste trabalho. Na medida, porém, em que a prática cria a base para o surgimento de novas ideias, acredita-se que outras pesquisas se sucederão, contribuindo para a aproximação com o objeto de estudo.

Referências

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**, São Paulo, Cortez Editora, 1980.

ANDER-EGG, E. **Metodologia y practica Del desarrollo de La comunidad**, 8ª ed., Buenos Aires, Editorial Humanitas, 1978 (Coleccion Desarrollo Social).

_____. **Dicionário de Trabajo Social**, 1ª ed. Buenos Aires, Eco-ILPH, 1974 (Cadernos de Trabajo Social 11).

BAPTISTA, M. V. **Desenvolvimento de comunidade, estudo da integração do planejamento de desenvolvimento comunitário no planejamento do desenvolvimento global**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1976.

BOSCHT, R. R. & VALLADARES, L. Do P. **Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado**. Espaço e Debates, São Paulo, (8); jan./abril, 1983.

BRUGGER, W. **Dicionário de filosofia**. 3ª Ed. São Paulo. Editora pedagógica e Universitária Ltda. 1977.

CAPALBO, C. **Metodologia das ciências sociais: a fenomenologia de Alfred Schutz**, Porto Alegre, Antares. 1979.

CARDOSO, E. **Diagnóstico em Serviço Social a nível de comunidade**: perspectiva de ajustamento social e transformação social. Serviço Social e Sociedade, 2(4), dez, 1980.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento** – Brasil: JK – J. Q. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARTER, G. W. Métodos e processos do Serviço Social de organização de comunidade. In: FRIEDLANDER, W. **Conceitos e métodos de Serviço Social**, trad. De Evangelina Leivas, 2ª Ed. Rio de Janeiro, Agir, 1975.

CBCISS. “O Desenvolvimento e a organização da comunidade como instrumento do desenvolvimento nacional- Conferência da Assistente Social Aylda P. Reis. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Serviço Social**, Rio de Janeiro, CBCISS, 1961.

CORRIGAN, P. ET alii. **Serviço Social de Bem-estar socialista** – A nova perspectiva. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.
D’INCAO, Maria da C. O Bóia-fria: acumulação e miséria, 8ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

DURKHEIM, E De La division Du travail social. Apud NISBET, “Comunidad” in: **La Formacion del pensamiento sociológico**, Buenos Aires.

FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2ª Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1975.

FUNDAÇÃO Projeto Rondon. **Projeto de ação comunitária, CSU's**. Recife, 1982.

GOUVEIA, Maria A. F. **Procedimentos metódicos de uma intervenção num fenômeno social**. Serviço Social e Sociedade, 3(9), agost. 1982.

HOBBS, T.O. Leviatan. Apud COHN, O. (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo, Ed. Nacional, 1970.

IAMAMOTO, M. V. et CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1982.

INSTITUTO de Planejamento Econômico e Social – IPEA. **Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos**. Documento preliminar, Brasília, 1981.

_____. **Proposta de desenvolvimento comunitário para o programa nacional de centros sociais urbanos** – documento para discussão no Seminário Nacional, Brasília, junho, 1982.

INSTITUTO de Solidariedade Internacional. **Compêndio sobre metodologia para El trabajo social**. Buenos Aires, Ecro, 1973.

JUNQUEIRA, H. I. ET alii. **A política de bem-estar social do Brasil no contexto do desenvolvimento, na década de 70**. Serviço Social e Sociedade, 3(7), dêz, 1981.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Tradução de Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

LANGE, O. **O modo de produção e as formações sociais: A concepção materialista da história**, s.n.t, mimeografado.

LÊNIN, V. I. Obras completas. T.29. Apud KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Trad. de Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

LOPES, K. B. **Objeto e especificidade do Serviço Social – Pensamento Latino-Americano**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.

MARX, K. & ENGELS, F. Correspondência. In: **La construcción de conocimientos**. México, ed. Ecra, México, 1977.

_____. **A ideologia alemã**, s.n.t mimeografado.

MÉSZAROS, I. et. Alii. **Aspectos de La história y la consciencia de classe**. México, UNAM, 1973.

MINTER, **Comissão de Ação Comunitária do. Diretrizes e formas de implementação do programa de desenvolvimento de comunidade do Minter-Brasília**, Brasília, 1979.

MOISÉS, J. A. et alii. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro, CEDEC (5), 1982.

NUNES, A. DE A. **A nomenclatura diferenciada dos trabalhos em comunidade**. Serviço Social e Sociedade. 1(4), dez., 1980.

PARSONS, T. **O sistema das sociedades modernas**, São Paulo, Pioneira, 1974.

PERNAMBUCO, Secretaria de Habitação de. **Programação 79/81**, Recife, 1979.

_____. **Programação 81**, Recife, 1981.

_____. **Programação 81/83**. Recife, 1981.

PREFEITURA do Recife. **Plano de desenvolvimento do Recife**, Recife, PCR, 1980.

PREFEITURA da cidade do Recife. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Sistema de ações comunitárias SAC. **Programa de ação 1980**. Recife, 1980.

REIS, Aylida Pereira. Desenvolvimento de comunidades urbanas e rurais – XI Conferência Internacional de Serviço Social – **Relatório do Brasil**, CBCISS, 19/24 de agosto de 1962.

RIOS, José A. **A educação dos grupos**. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde, 1957.

ROSEMBERG, F. A análise do conteúdo da mensagem. In: COHN, O. (org.). **Comunicação e indústria cultural**, São Paulo, Ed. Nacional, 1970.

ROSS, M. **Organização da comunidade** – teoria e princípios. Trad. de Solange Lacoste, Porto Alegre, La Salle, 1964.

SARTRE, J. P. **Questão de método**. Seleção de textos de J.A.M. Pessanha, trad. Bento P. JÚNIOR, São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

SCHAFF, A. **Sobre o conceito de consciência de classe**. Publicações Escorpião, 1973.

SCHOTTLAND, C. I. **As várias correntes do desenvolvimento e da participação**. Rio de Janeiro, CBCISS, ano VIII (99), 1975.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. **Evolução do conceito de desenvolvimento de comunidade no período 65/70, na sub-região do Cone do Sul na América Latina**. São Paulo, 1974 (Tese de Doutorado).

SOUZA, Maria Lúcia de. **Ação social, ação comunitária e desenvolvimento de comunidade**. Serviço Social e Sociedade, 3(9), agosto, 1982.

SUDENE. **Informativo à Imprensa**. Recife, 1982.

SUDENE, EMATER. **Relatório final do levantamento das entidades que desenvolvem ações de caráter comunitário no Nordeste**. Recife, SUDENE, EMATER, 1981.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade no Brasil** - leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil, 2ª ed. São Paulo, ed. Nacional, 1975.

_____. Comunidade y sociedade. Apud. BAPTISTA; M.V. **Desenvolvimento de Comunidade** – estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global, São Paulo, Cortez & Moraes, 1976.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo, ed. Polis 1980 (Coleção teoria e história, 6).

UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco. **Projeto Vasco da Gama**. Informativo 1(1). 1980.

_____. Deptº de Serviço Social – metodologia 1. **Estudo e análise do Projeto Vasco da Gama**, Recife, 1982.

WADUSHIN, Alfred. A base conhecimento do serviço social. In: KHAN, A. I. **O Serviço Social no mundo moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1982.

Bibliografia consultada

ALMEIDA, Ana Augusta de. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978 (Coleção Serviço Social).

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia y aparatos ideológicos de Estado**. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974 (Coleccion Fichas -34).

AMMANN, Safira B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 1980.

_____. **Participação social**, 2º ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Metodologia y práctica Del desarrollo de La comunidad**. 8ª ed. Buenos Aires, Editorial Humanitas, 1978 (Coleccion Desarrollo Social)

_____. **Metodologia y práctica del desarrollo de la comunidad**. 10ª ed., UNEROU, ed. Universitária Europea – SALOU (terragona), 1980.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Dicionário de Trabajo social**, 1ª ed. Buenos Aires, Ecro-ILPH , 1974 (cadernos de Trabjo Social – 11).

_____. **El Trabajo social como accion liberadora**. 2ª ed. Buenos Aires, Editorial Ecro, 1976 (Cuadernos de trabajo social- 9).

ANDRADE, Antonio Cabral de. **Notas sobre política social e política de emprego**. Brasília, 1977, mimeografado.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. Recife, Centro Regional de Administração Municipal, 1967.

_____. **Recife: problemática de uma metrópole de Região sub-desenvolvida**, Recife, Ed. Universitária, 1979.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **As representações da prática do serviço social numa instituição de Bem-estar**. Trabalho apresentado ao curso de Especialização em Metodologia do Serviço Social, UFPE, Recife, 1979.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Desenvolvimento de Comunidade** – estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global. São Paulo, Cortez & Moraes, 1976.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. Paris, PUF. 1977. (avec les autres sciences-11).

BELEZA, Dulce Maria et alii. **O Serviço Social e o desenvolvimento de comunidade** – abordagens conceituais. Rio de Janeiro, CBCISS, 4(35), 1971.

BERGER, Peter. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1975.

BORGES, Terezinha et alii. **Evolução conceitual do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. Trabalho apresentado à disciplina Desenvolvimento de Comunidade no Mestrado em Serviço Social, Recife, UFPE, 1980.

BORNHEIM, Gerd A. **Dialética**: teoria, práxis – ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética. Porto Alegre, Globo, 1977.

BOSCHI, Renato Raul & VALLADARES, Lúcia do Prado. **Problemas teóricos na análise de movimento sociais**: Comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. Espaço e Debates. São Paulo, (8): 64-77, jan./abril, 1983).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo, editora Brasiliense, 1981.

BRASIL, Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**, Brasília, Minter, 1979-83.

_____. **III Plano Nacional de Desenvolvimento**, Brasília, Minter, 1979 -83.

BRUGGER, W. **Dicionário de filosofia**. 3ª ed. São Paulo, editora Pedagógica e Universitária Ltda.1977.

BRAUNE, Paul de et alii. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

CADERNOS PUC 6. **Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1980.

CAPALBO, Creusa. **Metodologia das ciências sociais** – A fenomenologia de Alfred Schutz, Rio de Janeiro, Antares, 1979.
CNBB. Comunidade: **Igreja na Base**. 3ª ed. São Paulo, Edições Paulinas, 1977 (Estudos da CNBB).

CARDOSO, Elizete. **Diagnóstico em Serviço Social a nível de comunidade** – perspectiva de ajustamento social e transformação social. *Serviço Social e Sociedade* 2(4): 119-149, 1980.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **La construcción de conocimientos**. México, Era, 1977. Mimeografado.

_____. **O mito do método**. s.n.t. mimeografado

_____. **Ideologia do desenvolvimento** – Brasil: JK-JQ, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CBCISS. Documento de Araxá. 3ª ed. Rio de Janeiro, **Debates sociais**, suplemento (4) maio, 1967.

_____. Documento do Sumaré. Rio de Janeiro, **Debates sociais**, suplemento (8), agosto, 1980.

CELATS. Cuadenos nº 17. **Política social do Estado** – Processo histórico do desenvolvimento brasileiro, Lima, 1977.

_____. Cuadenos nº 19. **Estratégias do planejamento social no Brasil**, Lima, 1978.

CENTRO de estudos Sócio-Econômicos. **El concepto de clases sociales**. Chile, 1966. Mimeografado.

CONH, G. (org.) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo, Editora Nacional, 1970.

CORRIGAN, P. et. Alii. **Serviço Social de bem-estar socialista** – a nova perspectiva. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

DEMO, Pedro. **Desenvolvimento e política social no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed. Universitária de Brasília, 1979.

DE GREPPI, Margarita Quezada et alii. **Um enfoque operativo de La metodologia de trabajo social**. Escuela de trabajo social, Universidad Católica de Chile, s.n.t. mimeografado.

D'INCAO, Maria da Conceição. **O Boia-fria: acumulação e miséria**, 8ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

FALCÃO, Maria do Carmo. **O Serviço Social** – uma nova visão teórica. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil**. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil, 2ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1975.

FOULQUIÊ, Paul. **A dialética**. 3ª ed. Mem Martins, publicações Europa-América, 1978. (Coleção saber).

FRIEDLANDER, Walter A. **Conceitos e métodos de serviço social**. trad. de Evangelina Leivas. 2ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1975.

GOUVEIA, Maria Alice Fonseca. **Procedimentos metódicos de uma intervenção num fenômeno social**. São Paulo, Serviço Social e Sociedade 3(9):127-147, agosto, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

_____. Maquiavel, **a política e o Estado moderno**, trad. de Luiz M. Gazzaneo, 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

HEGENBERG, Leônidas. **Definições**: termos teóricos e significado, São Paulo, Cultrix, 1974.

HEMPEL, Carl G. **Filosofia da ciência natural**. Trad. de Plínio S. Rocha. Rio de Janeiro, Zahar.

IAMAMOTO, Marilda V. & CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil** – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1982.

IDAC. **L' Observation militante**: une alternative sociologique. Rio de Janeiro, Editora Tempo e Presença, Cadernos CEI, Suplemento nº 20, 1978.

INSTITUTO de Solidaridad Internacional. **Compêndio sobre metodologia para el trabajo social**, Buenos Aires, Editora Ecro, 1973.

JUNQUEIRA, Helena Iraci et alii. **A política de bem-estar social do Brasil no contexto do desenvolvimento na década de 70**. São Paulo, Serviço Social e Sociedade 3,(7): 5-33, dez. 1981.

KHAN, Alfred J. **O Serviço Social no mundo moderno**, Rio de Janeiro, Agir, 1970.

KOPNIN, Pavel Vassilievitch. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**, Trad. de Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 (Coleção Perspectivas do Homem).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. de Célia neves e Alderico Toríbio, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

LACROIX, Bernard. **L'utopie communautaire** – Histoire sociale d'une revolte, Paris, Presses Universitaires de France (PUF), 1981 (Sociologie d'aujourd'hui).

LANGE, Oscar. **Moderna economia política**. s.n.t., mimeografado.

LEFEVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

LOPES, Josefa B. **Objeto e especificidade do Serviço Social** – Pensamento Latino-Americano, São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

MACEDO, Myrtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social**: Formulações teóricas, São Paulo, Cortez, 1982.

MAGALHÃES, Leila Vello. **Metodologia do serviço social na América Latina**, São Paulo, Cortez, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**, São Paulo, Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl & HENGELS, F. **A ideologia Alemã**, s.n.t, mime-
ografado.

MARX, Karl & SWEEZY, Paul. **Para uma crítica da economia política**, Trad. De Olinto Beckerman, 1ª ed. São Paulo, Global Editora, 1979 (coleção Bases, nº20).

MÉSZAROS, Istrean et alii. **Aspectos de La história y la consciencia de classe**. México, Universidade Nacional Autônoma, 1973.

MISSÕES Rurais de Itaperuba. **A experiência de Itaperuna**: uma tentativa de organização da comunidade, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1953 (Estudos Brasileiros, 3).

MOISÉS, José Álvaro et alii. **Contradições urbanas e movimentos sociais**, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (Centro de Estudos e Cultura Contemporânea).

_____. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 (Coleção CEDEC, 5).

NACIONES Unidas. **El cambio social y La política de desarrollo social em América Latina**, New York, 1969.

NISBET, Comunidade, in **la Formación del pensamiento sociológico**, Buenos Aires, Amorrurtu, sd. Mimeografado.

NUNES, Antonieta de Aguiar. **A nomenclatura diferenciada dos trabalhos em comunidade**. São Paulo, Serviço Social e Sociedade, 2(4): 101-117, dez.1980.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**, São Paulo, Pioneira, 1974.

PEREIRA, Luis Carlos B. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**, São Paulo, editora Brasiliense, 1977.

PIERSON, Donald. **Cruz das almas**, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1966.

PINTO, João Bosco Guedes. **Ação educativa através de um método participativo no setor saúde**, s.n.t, 1982, mimeografado.

_____. **Reflexões sobre o desenvolvimento social, trabalho com grupos e ação comunitária.** Doc. nº A-3, Recife, Projeto Drin-Brasil, OEA, SUDENE, 1980.

_____. **A pesquisa e a construção da teoria do serviço social**
– Relações básicas, s.n.t., 1981. Mimeografado.

_____. **Trabalho com grupos e mobilização comunitária,**
s.n.t, mimeografado.

_____. **Notas sobre participação social e planejamento participativo o programa Polonordeste.** Doc. Nº B-4, Recife, Projeto DRIN Brasil, OEA, SUDENE, 1981.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais na América Latina:** Problemas de conceituação. Coordenação e apresentação Raúl B. Zenteno, trad. de Galeno de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

REIS, Aylida P. **Você e sua comunidade,** Rio de Janeiro, Edição especial do serviço de intercâmbio – divisão técnicas –DN do SESI, 1967.

RIOS, José A. **A educação dos grupos,** Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde, 1957.

RODRIGUES, Cesar. **Analisis conceptual Del desarrollo de La comunidade.** Buenos Aires, ecro, 1970.

RODRIGUEZ, Ivani Lopes. **Análise histórica da evolução do desenvolvimento de comunidade no Brasil**, Rio de Janeiro, ABESS, 1966.

ROSS, Murray G. **Organização da comunidade**: Teoria e princípios, trad. de Solange Lacoste, Rio Grande do Sul, Lasalle, 1964.

SANCHEZ-VASQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. 2ª ed. Trad. Luiz Fernando Cardoso, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SARTRE, Jean Paul. **Questão de método**. Seleção de textos de J.A.M. Pessanha, trad. Bento P. Junior, São Paulo, Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

SCHOTTLAND, Charles I. **As várias correntes do desenvolvimento e da participação**, Rio de Janeiro, CBCISS, 3(99), 1975.

SCHAFF, Adam. Sobre o conceito de consciência de classe, Publicações Escorpião, 1973.

SCHWATZ, Meyer. **Organizações de comunidade**, 2ª ed. Rio de Janeiro, Debates Sociais, CBCISS, julho, 1972 (suplemento 1).

SILVA, Maria Lúcia C. da. **Evolução do conceito de desenvolvimento de comunidade no período 67/70 na sub-região do Cone-sul da América Latina**, São Paulo, 1974 (tese de Doutorado).

_____. **Principais marcos e atuais tendências do Serviço Social.** Rio de Janeiro, CBCISS, 6(70:1-28), 1973.

_____. (Org.). **Coletânea de textos sobre – desenvolvimento de comunidade,** Rio de Janeiro, CBCISS, 8(97), 1975.

SOUZA, Maria Luiza de. **Questões teórico-práticas do Serviço-Social:** reconhecimento profissional, São Paulo, Cortez & Moraes, 1980.

_____. **Ação social, ação comunitária e desenvolvimento de comunidade.** São Paulo, Serviço Social e Sociedade, 3(9): 75-83, agosto, 1982.

_____. **Reflexões sobre o agir assistente social.** São Paulo, Serviço Social e Sociedade, 3(8): 85-97, março, 1982.

SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. **El sub-desarrollo Latino-Americano y la teoria del desarrollo.** Textos del Instituto Latino-Americano de Planificación Económica y Social, 6ª ed. Santiago, Editorial Universitária S/A.

TEXTO da oficina central de corporacion e Planificacion. **Alcance y contenido de la poblacion en la organizacion,** caracas, Junho, 1973.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária,** São Paulo, Polis, 1982.

WALLACE, W.L. **La Lógica de La ciência en la sociologia**, Alianza Universidad, s.n.t., mimeografado.

WARE, Caroline. **Estudo da comunidade**. Rio de Janeiro, Serviço Social Rural, 1960 (Manuais de Serviço, 1).

O COLETIVO ILUSÓRIO

Editora
Universitária  UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20
Várzea, Recife-PE | CEP: 50740-530

Fax: (81) 2126.8595

Fones: (81) 2126.8397 | 2126.8930

Site: www.ufpe.br/edufpe

E-mails: edufpe@nlink.com.br | editora@ufpe.br

A prática profissional é tomada neste livro como fonte de conhecimento, servindo à revisão de um conceito básico nas ciências sociais e nos questionamentos que se apresentam àqueles que trabalham com populações - o de comunidade. A autora procura reconstruir o conceito, no dizer de Kopnin, guiada pelo movimento da realidade que se apresenta contraditória, marcada pelos antagonismos de classe.

A pesquisa põe em destaque a noção do coletivo, em confronto com essa realidade, nos programas comunitários oficiais e no discurso dos assistentes sociais que os executam, na periferia urbana do Recife.

As considerações formuladas pela Profa. Ana Arcoverde que é doutora em sociologia e mestre em serviço social pela UFPE, com experiência docente na área de Desenvolvimento de Comunidade, à nível de graduação e pós-graduação, certamente suscitarão debates oportunos, contribuindo à construção do conhecimento, vitalização da prática do Serviço Social e à busca de propostas alternativas do trabalho social no Nordeste.